



CRT - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2016

1. AOS ACIONISTAS

Apresentamos a seguir o relatório das principais atividades de 2016, em conjunto com as Demonstrações Financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, acrescidas do balanço social, o qual consideramos importante para divulgar a sociedade, parceiros, investidores e usuários, a responsabilidade social da Concessionária Rio Teresópolis S/A.

Este relatório está em conformidade com a Resolução da ANTT 3.847 de 20 de junho de 2012, que aprovou o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Exploração da Infraestrutura Rodoviária Federal concedida.

Os valores são expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2. INTRODUÇÃO

2.1 A CRT

A Concessionária Rio Teresópolis S/A (CRT), tem como objetivo a administração da Rodovia Rio Teresópolis, no trecho Além Paraíba-Entroncamento BR-040(A) e respectivos acessos, na extensão de 142,5 km, pelo prazo de 25 anos, concedida pelo poder público federal em 22/11/1995 e regulada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Sua operação teve início em 22/03/1996 e se estenderá até 21/03/2021.

Em dezembro de 2001 a CVM autorizou a emissão de Debêntures Conversíveis em ações Preferenciais – Classe A. Do total ofertado, foram colocadas junto a investidores o total de 13.680 debêntures, que vêm fazendo jus ao recebimento da participação nos resultados, prevista na Escritura de Emissão. As demais debêntures não vendidas (9.420) foram canceladas no término do prazo de colocação.

Em 10.06.2003, a CRT – FIP passou a integrar o quadro de acionistas mediante aquisição de 9.420 ações preferenciais, posteriormente alteradas para 9.524.

Em dezembro de 2010, a INVEPAR sucedeu a OAS na estrutura acionária da CRT.

A rodovia cruza os municípios de Sapucaia, São José do Vale do Rio Preto, Teresópolis, Guapimirim, Magé e Duque de Caxias que juntos somam uma população de aproximadamente 1,3 milhões (IBGE – Censo 2010).

Além de sua importância como via de escoamento de produtos agrícolas, a Região Serrana é a “maior produtora de hortigranjeiros do Estado, em volume, e a maior fornecedora de olerícolas folhosas para as Centrais de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro (Ceasa – RJ)”. A rodovia BR-116/RJ também é uma importante via de fomento ao turismo do Estado, interligando a Capital e a Região Serrana, que conta com inúmeras belezas naturais e tem como principais atrativos o Parque Nacional da Serra dos Órgãos (PARNASO), o Parque Estadual dos Três Picos, a sede de treinamento da Seleção Brasileira de Futebol, localizada na Granja Comary e um desenvolvido turismo rural.

No Km 77,2 há o entroncamento com a Rodovia RJ-130 (Teresópolis-Friburgo), que juntamente com a RJ-142 faz parte do circuito turístico Serramar, ligando a Região Serrana à Região dos Lagos.

A rodovia está integrada às demais rodovias estaduais e federais e ao Arco Metropolitano do Estado do Rio de Janeiro, compondo importante eixo estratégico do Estado para a distribuição de produtos e fornecimento de serviços para atender o desenvolvimento econômico do Rio de Janeiro.

A companhia, atualmente, opera com três praças de pedágio: a praça principal PN1, localizada no km 133,5, em Bongaba, e as praças auxiliares PA1, localizada no km 114,5, em Santo Aleixo, e PA2, localizada no km 122, em Santa Guilhermina. Também estão em operação os postos de pesagem fixos localizados em Três Córregos (km 70,9) e em Mauá (km 131).

A CRT tem implementado várias iniciativas inéditas no setor de rodovias brasileiras, dentre estas, o programa de *“Monitoramento das Condições Climáticas Associadas às Condições Geológicas-Geotécnicas da Rodovia BR-116/RJ e seu entorno”*, que vem sendo desenvolvido desde 2006, em parceria com a COPPE/UFRJ e o INMET, com estações meteorológicas que monitoram as condições climáticas e a associação destas às condições geológicas, e o programa *“Fauna Viva”* cujo objetivo é identificar e monitorar os animais silvestres atropelados na BR-116/RJ e os pontos com maior incidência. Desta forma, busca-se informações para embasar o planejamento e a execução de ações que ajudem na redução destas ocorrências, como por exemplo, a implantação de dispositivos que permitam a travessia segura dos animais. Outro desdobramento do projeto é resgatar espécies saudáveis em perigo ou feridas no entorno da rodovia.

Em paralelo ao programa de investimentos, a CRT implantou e mantém uma gama de serviços voltados para seus usuários, conforme descrito abaixo:

| Serviços | Quantidade |
|-------------------------------------|------------|
| Ambulância | 1 |
| Bases Operacionais | 4 |
| Câmeras de monitoramento | 63 |
| Carros-resgate | 2 |
| Estação meteorológica | 2 |
| Estação pluviométrica | 9 |
| Guinchos | 8 |
| Painéis de mensagens variáveis | 6 |
| Telefones de emergência (callboxes) | 100 |
| UTI - Móvel | 1 |
| Viaturas de Inspeção | 6 |

Para coordenar toda esta estrutura de atendimento a Concessionária dispõe da Central de Controle de Operações (Central de Inteligência 24 horas) com supervisor e operadores de tráfego, que comandam todos os serviços de apoio aos usuários, além da integração com a Polícia Rodoviária Federal, Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro e Defesa Civil.

A CRT gera cerca de 916 empregos diretos e indiretos (base dezembro/2016), sendo que a maioria de seus funcionários reside em Magé, Teresópolis, Guapimirim e Duque de Caxias, municípios da região atendidos pela via. Com a geração de empregos, arrecadação de impostos e melhoria na infraestrutura rodoviária, a CRT contribui para o desenvolvimento da região servida pela rodovia.

Ao longo destes 20 anos de gestão, a CRT, através de sua política de Responsabilidade Social, vem aumentando sua participação de apoio às comunidades carentes ao longo da rodovia. Com ações de cunho educativo e de campanhas de doação de agasalhos e alimentos, a companhia vem obtendo recepção positiva não só daqueles beneficiados como também dos colaboradores internos e usuários da rodovia.

2.2 Destaques do Ano

O ano de 2016 impôs grandes desafios à companhia. A crise econômica, a Lei dos Caminhoneiros e o não reajuste da tarifa de pedágio em 2013, 2014 e 2015, impactaram fortemente o faturamento ao longo do ano. Como forma de mitigar os efeitos deste impacto, a CRT promoveu grandes esforços para redução dos custos e reprogramou uma série de investimentos previstos no PER¹, permitindo um Fluxo de Caixa saudável. A seguir, os destaques de 2016:

• A ANTT², através da Resolução 5.210/16 de 08/11/2016, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 02/12/2016, reconheceu o desequilíbrio do contrato de concessão na 21ª Revisão Ordinária, aprovou a 6ª revisão extraordinária da tarifa básica de pedágio (TBP) e autorizou o reajuste da TBP de R\$ 12,20 para R\$ 17,10.

• O reajuste da TBP passou a vigorar a partir do dia 05/12/2016, reequilibrando os reajustes não concedidos desde 2013 e a Lei dos Caminhoneiros - nº 13.103, sancionada no início de março e que passou a vigorar no dia 17/04/2015, que determina a isenção de pedágio para cada eixo suspenso de veículos que circularem vazios.

• A ANTT está avaliando, dentre as formas previstas, a melhor maneira de reequilibrar econômica e financeiramente o contrato de concessão em relação à não implantação da praça de pedágio de PN3 no km 14 e a suspensão da praça de pedágio de PN2 no km 71. A CRT entende que a ANTT respeitará essa medida e manterá seu compromisso na excelência de serviços prestados aos usuários da rodovia e na contribuição ao desenvolvimento econômico e social dos municípios onde está presente, como vem ocorrendo ao longo de seus 20 anos.

• Pesquisa IBOPE³/2016 - na pesquisa realizada a cada dois anos pelo IBOPE, conforme previsto no contrato de concessão e que avalia o grau de satisfação das pessoas que trafegam na rodovia, foram apurados os seguintes resultados:

- 86% consideram a rodovia Ótima + Boa;
- 86% consideram o trabalho da CRT como Ótimo/Bom;
- 89% consideram a CRT uma empresa Muito eficiente/eficiente;
- 92% são favoráveis à construção da última etapa da terceira faixa da serra (Km 94 ao 91).
- 96% concordam que a construção da terceira faixa trouxe benefícios para o fluxo de veículos na serra;

¹ PER - Programa de Exploração da Rodovia

² ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres

³ IBOPE - Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística

• A Agência classificadora de risco, Fitch Ratings elevou o Rating Nacional de Longo Prazo da Companhia de AA(bra) para AA+(bra). A Perspectiva do rating foi revisada de Estável para Positiva. Mais detalhes podem ser vistos no endereço www.fitchratings.com.br.

O ano de 2016 não foi apenas de grandes desafios, mas também de celebrações. Além do resultado positivo da pesquisa IBOPE e da elevação do Rating da companhia, a CRT comemorou no dia 22/03/2016 duas décadas na administração da Rodovia Santos Dumont (BR-116/RJ). Contabilizando não só investimentos da ordem de R\$ 1,8 bilhão em obras, serviços e custos operacionais, mas também, importantes parcerias que interferem positivamente no dia a dia das comunidades de seu entorno. Ao longo destes 20 anos, a CRT teve como principal propósito a excelência na prestação de serviços e a segurança dos usuários. Para isso, a companhia fez importantes investimentos na construção de viadutos, de passarelas, na ampliação da capacidade da via com a construção da terceira faixa no trecho da serra, na eliminação de vários pontos geradores de acidentes, na iluminação do trecho da Baixada Fluminense e em diversas contenções de encostas. Sempre focada nos usuários, a CRT vem se utilizando de inovações tecnológicas voltadas para ao setor rodoviário, permitindo a implantação de modernas ferramentas de gestão do tráfego e de atendimento aos usuários. Ciente de sua responsabilidade ambiental, a companhia encontrou no Parque Nacional da Serra dos Órgãos e no Parque Estadual dos Três Picos parceiros fundamentais para a implantação de programas de proteção da flora e da fauna na região. Também através de parcerias com instituições como: Pestalozzi de Magé, APAE de Magé, Grêmio Recreativo Guapiense, Lar Tia Anastácia de Teresópolis, entre outras, a CRT vem participando como autora, parceira ou apoiadora de importantes projetos socioculturais. Em relação aos seus colaboradores diretos, a CRT mantém os benefícios subsidiados de plano médico e seguro de vida. Também é disponibilizado o Programa de Qualidade de Vida com atividades de ginástica laboral e massoterapia. Outro importante benefício é oferecido aos nossos colaboradores através da política de subvenção educacional, tanto para cursos técnicos e superiores como para cursos de especialização. Durante os próximos anos de concessão, a administração da companhia continuará sua busca constante pela excelência, pela segurança, pelo cumprimento de suas responsabilidades contratuais e socioambientais e pela geração de resultados que superem as expectativas da sociedade, dos usuários e dos investidores.

3. CONTEXTO SETORIAL

3.1 Receitas e Mercado

As tarifas de pedágio cobradas pela Concessionária Rio Teresópolis S/A são definidas pela ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres. Em dezembro/2016, a ANTT concedeu um reajuste da tarifa básica de pedágio de 40,2%. Este reajuste corresponde ao IPCA acumulado dos últimos quatro anos, já que desde 2013 a agência reguladora não concedia reajuste da tarifa, e ao reequilíbrio da Lei dos Caminhoneiros. Com o reajuste concedido a tarifa básica para veículos de passeio passou para R\$ 17,10 na praça principal e R\$ 12,00 nas praças auxiliares.

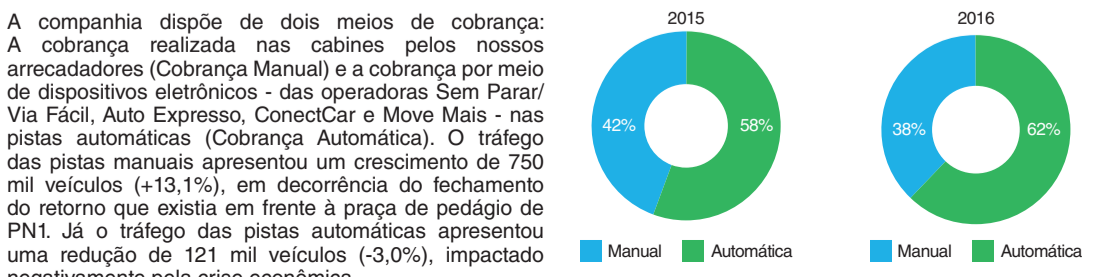
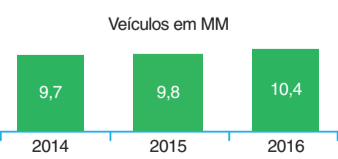
O tráfego de 2016 foi fortemente impactado pela recessão econômica vivida pelo país. Segundo o Boletim Focus de 30/12/2016, o Produto Interno Bruto (PIB) de 2016 terá queda de 3,5%. Já a produção industrial deve sofrer um impacto ainda maior, apresentando queda de 6,7%, acumulando ao longo dos últimos três anos uma retração de 18,9%. Este cenário vem aumentando consideravelmente o número de desempregados; segundo o IBGE a taxa de desemprego em outubro/2016 foi de 11,8%, o que corresponde a 12 milhões de trabalhadores fora do mercado de trabalho formal. Com o fechamento de tantos postos de trabalho, somado à crise financeira dos estados e municípios, a renda familiar vem caindo, e como consequência, o consumo das famílias tem sido cada vez menor.

Segundo o índice ABCR⁴, o movimento nas estradas do país teve queda de 3,6% em relação a 2015. No estado do Rio de Janeiro, o índice aponta que o arrefecimento das atividades econômicas provocou recuo no tráfego de 3,4% em relação ao ano passado. O fluxo de veículos leves caiu 2,2% e o de pesados 9,4%.

⁴ ABCR - Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovia.

3.2 Meios de Cobrança

| Meios de Cobrança - mil | 2016 | 2015 | Δ% |
|--------------------------|---------------|--------------|-------------|
| Veículos Pagantes | 10.445 | 9.816 | 6,4% |
| Manual | 6.459 | 5.709 | 13,1% |
| Automática | 3.986 | 4.107 | -3,0% |



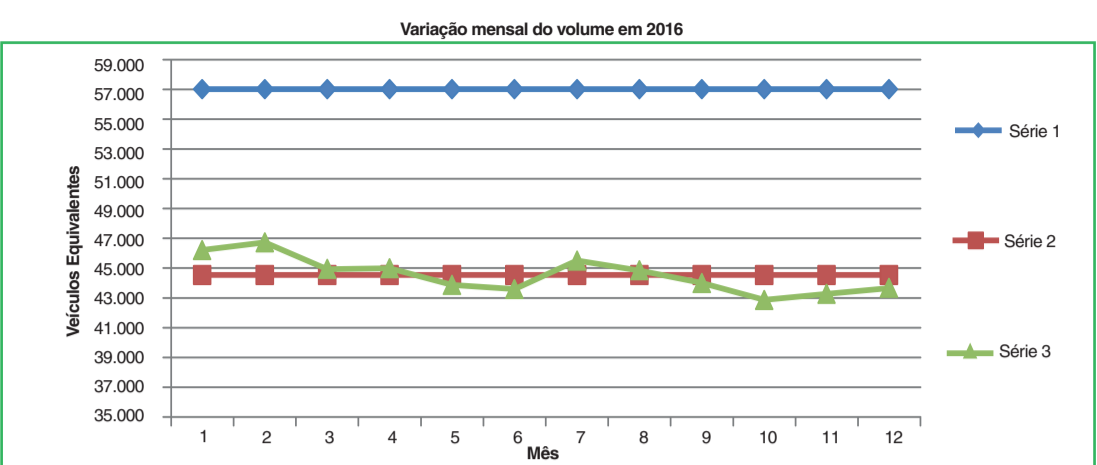
4. INDICADORES OPERACIONAIS

- As informações a seguir atendem ao disposto na Resolução da ANTT nº 3847 de 20/06/2012.

4.1 Caracterização do Tráfego

4.1.1 Volume

No gráfico abaixo é apresentado o Volume Diário Médio Equivalente por mês e ano, VDM e VDMA respectivamente, como também o Volume Diário Médio Equivalente previsto na proposta.



O VDMA equivalente realizado está abaixo do VDMA equivalente previsto no contrato de concessão em função da decisão da ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) pela suspensão temporária da cobrança de pedágio na praça de Três Córregos (PN2), ocorrida em setembro de 2009, e pela não implantação da praça de pedágio PN3 no km 14.

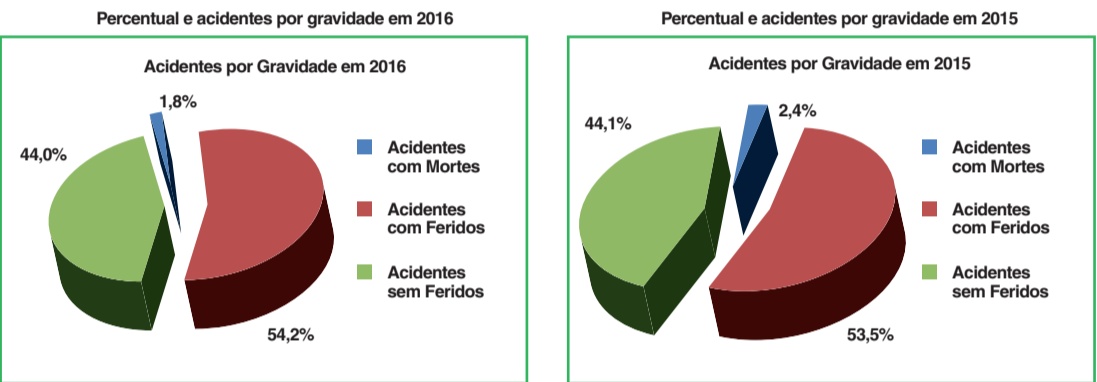
Tráfego Pedagiado em 2016

| DESCRIÇÃO DAS CATEGORIAS | | | | |
|--------------------------|---|-------|---------|-------------------|
| Categoria | Tipo de Veículo | Eixos | Rodagem | Quant. |
| 1 | automóvel, caminhonete e furgão | 2 | simples | 7.456.243 |
| 2 | caminhão leve, ônibus, caminhão-tractor e furgão | 2 | dúpla | 1.493.001 |
| 3 | automóvel com semi-reboque e caminhonete com semi-reboque | 3 | simples | 17.587 |
| 4 | caminhão, caminhão-tractor, caminhão- tractor com semi-reboque e ônibus | 3 | dúpla | 491.887 |
| 5 | automóvel com reboque e caminhonete com reboque | 4 | simples | 3.295 |
| 6 | caminhão com reboque e caminhão-tractor com semi-reboque | 4 | dúpla | 298.090 |
| 7 | caminhão com reboque e caminhão-tractor com semi-reboque | 5 | dúpla | 226.896 |
| 8 | caminhão com reboque e caminhão-tractor com semi-reboque | 6 | dúpla | 235.465 |
| 9 | caminhão com reboque e caminhão-tractor com semi-reboque | 7 | dúpla | 44.635 |
| 10 | caminhão com reboque e caminhão-tractor com semi-reboque | 8 | dúpla | 1.425 |
| 11 | motocicletas, motonetas e bicicletas a motor | 2 | simples | 153.296 |
| Especial | caminhão com reboque e caminhão-tractor com semi-reboque | 10 + | dúpla | 22.937 |
| Total | | | | 10.444.757 |

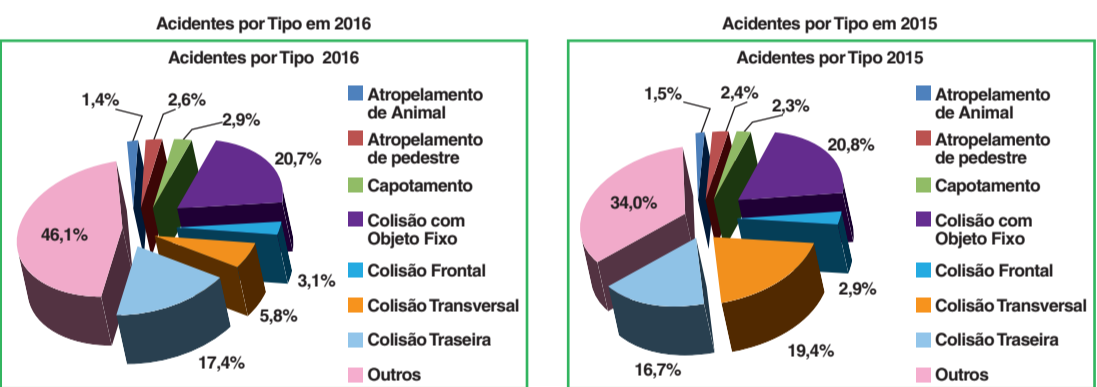
4.2 Segurança no Trânsito

4.2.1 Acidentes

Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade, total de pessoas envolvidas em 2016 e 2015.



O gráfico apresenta o valor percentual dos principais tipos detectados no trecho concedido da rodovia.



4.3 Dados de Operação da Concessão

4.3.1 Veículos Alocados

Na tabela são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Concessionária na operação da concessão em dezembro/2016. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar análise.

| Tipos de veículos alocados na concessão | | |
|---|------------|-------------------|
| Tipo de Veículos | Quantidade | Quantidade/100 Km |
| Viatura de Inspeção | 6 | 4 |
| Guincho Leve | 5 | 4 |
| Guincho Pesado | 1 | 1 |
| Guincho Super Pesado | 2 | 1 |
| Carro Resgate | 2 | 1 |
| Ambulância Simples | 1 | 1 |
| UTI | 1 | 1 |
| Balança Móvel | 1 | 1 |
| Balança Fixa | 1 | 1 |
| Total de Veículos Operacionais | 20 | 14 |
| Administração | 21 | 15 |
| Pedágio | 1 | 1 |
| Caminhão | 1 | 1 |
| Picape | 1 | 1 |
| Segurança do Trabalho | 1 | 1 |
| Manutenção | 1 | 1 |
| Faixa de domínio | 1 | 1 |
| Total de Veículos de Apoio | 27 | 19 |
| Total de Veículos | 47 | 33 |

4.3.2 Funcionários Alocados

São apresentadas na tabela as quantidades de funcionários empregados pela Concessionária na operação da concessão em dezembro de 2016. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000 para facilitar a análise.

Tipos de funcionários alocados na concessão

| Tipo de Função | Quantidade | Qte/VDMA |
|-------------------------------------|------------|-------------|
| Gerente de Operações | 1 | 0,2 |
| Coordenador de Tráfego | 1 | 0,2 |
| Sup. Tráfego | 4 | 0,9 |
| Insp. Tráfego | 38 | 8,5 |
| Assistente de Tráfego | 8 | 1,8 |
| Coordenador Fx. Domínio | 1 | 0,2 |
| Assistente de Faixa de Domínio | 1 | 0,2 |
| Auxiliar de Faixa de Domínio | 1 | 0,2 |
| Coordenador de Balança | 1 | 0,2 |
| Operadores de Balança | 39 | 8,7 |
| Assistente de Balança | 2 | 0,4 |
| Laçadores (Campeiro) | 4 | 0,9 |
| Guincho Leve | 9 | 2,0 |
| Guincho Super Pesado | 9 | 2,0 |
| Médico | 5 | 1,1 |
| Resgatista/Socorrista | 32 | 7,2 |
| Total de Pessoal Operacional | 156 | 34,9 |
| Coordenador Pedágio | 1 | 0,2 |
| Sup. Assist. Pedágio | 4 | 0,9 |
| Sup. Pedágio | 4 | 0,9 |
| Arrecadador SNR | 14 | 3,1 |
| Arrecadador | 82 | 18,3 |
| Assistente de Pedágio | 2 | 0,4 |
| Auxiliar de Pedágio | 1 | 0,2 |
| Total de Pessoal de Pedágio | 108 | 24,1 |
| Total | 264 | 59,0 |

4.4 Aspectos Financeiros

4.4.1 Receitas

Apresentamos a Receita da Concessionária em 2016 e o valor da Receita Acumulada desde o início da concessão. O valor correspondente à receita obtida com pedágios e com outras fontes sejam elas Complementares, Alternativas ou provenientes de Projetos Associados.

| R\$ mil | Em 2016 | Acumulada |
|------------------------|----------------|------------------|
| Receita com Pedágio | 200.324 | 2.956.742 |
| Receita extraordinária | 1.178 | 7.133 |
| Total | 201.501 | 2.963.874 |



As seguintes tabelas mostram, respectivamente, os valores dos investimentos e da cobertura dos custos operacionais realizados em 2016, assim como os valores acumulados desde o início da concessão.

4.4.2 Investimentos

| R\$ mil | Em 2016 | Acumulada |
|---------------|---------|-----------|
| Investimentos | 13.988 | 788.172 |

4.4.3 Custos Operacionais

| R\$ mil | Em 2016 | Acumulada |
|---------------------|---------|-----------|
| Custos Operacionais | 50.666 | 703.891 |

A tabela mostra o valor total dos ISS repassados para as prefeituras em 2016.

| R\$ mil | Em 2016 | Acumulada |
|---------|---------|-----------|
| ISS | 9.938 | 143.679 |

Os valores acumulados foram atualizados pelo IPCA.

4.4.4 Tarifas de Pedágio

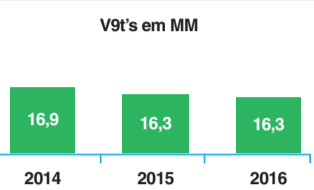
A tabela apresenta os valores referentes às tarifas praticadas no ano base em cada praça de pedágio, por categoria e veículo.

| Praça de Pedágio | Valor da tarifa por praça de pedágio | | | | | | | | |
|------------------|--------------------------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|--------|------|
| | Categoria do veículo | | | | | | | | |
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 |
| PN1(km 133,5) | 17,10 | 34,20 | 25,65 | 51,30 | 34,20 | 68,40 | 85,50 | 102,60 | 8,55 |
| PA1(km 114,5) | 12,00 | 24,00 | 18,00 | 36,00 | 24,00 | 48,00 | 60,00 | 72,00 | 6,00 |
| PA2 (km 122,0) | 12,00 | 24,00 | 18,00 | 36,00 | 24,00 | 48,00 | 60,00 | 72,00 | 6,00 |

5. DESEMPENHO OPERACIONAL

5.1 Veículos Equivalentes Pedagiados

| Volume de Tráfego - mil | 2016 | 2015 | Δ% |
|---------------------------------------|---------------|---------------|--------------|
| Veículos Equivalentes Pagantes | 16.298 | 16.324 | -0,2% |
| Leves | 7.566 | 6.806 | 11,2% |
| Pesados | 8.732 | 9.518 | -8,3% |



Foram pedagiados em 2016 16,3 milhões de veículos equivalentes⁵, com queda de 0,2% em relação a 2015. Esta queda foi motivada pelo desempenho dos veículos pesados, que foi amplamente afetado pelo reflexo da crise econômica na produção industrial e na renda das famílias. O tráfego de veículos pesados também foi impactado pela Lei dos Caminhoneiros⁶, que teve início em 17/04/2015. Quando expurgado o efeito da Lei dos Caminhoneiros, o índice de queda dos veículos pesados cai para 7,1%. Os veículos leves apresentaram crescimento de 11,2% devido, principalmente, ao fechamento do retorno que existia em frente a praça de pedágio de PN1.

⁵ Cada veículo equivalente corresponde a um veículo leve ou a um eixo de veículo pesado.

⁶ Lei dos Caminhoneiros - nº 13.103 - Art. 17. Os veículos de transporte de cargas que circularem vazios não pagarão taxas de pedágio sobre os eixos que mantiverem suspensos.

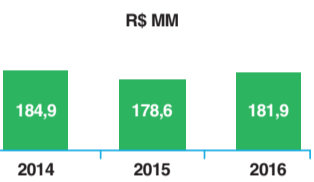
6. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

6.1 Valor Adicionado

Em 2016, o valor adicionado líquido gerado pela Concessionária foi de R\$ 120,0M, representando 60% da Receita Operacional Bruta, aumento de 9% em relação a 2015, cujo valor adicionado foi de R\$ 110,4M correspondendo a 55% da Receita Operacional Bruta daquele exercício. O crescimento do percentual em relação à Receita Operacional Bruta deve-se, principalmente, a reversão de provisão de contingência cível no valor de R\$ 8M realizada em 2016, contra a constituição de provisão de R\$ 14,3M realizada em 2015, provocando uma diferença entre os dois exercícios de R\$ 22M. Esta diferença foi parcialmente compensada pelo crescimento das despesas administrativas, dos custos operacionais e dos custos com depreciação e amortização.

6.2 Receita Operacional

| R\$ mil | 2016 | 2015 | Δ% |
|---|----------------|----------------|--------------|
| Receita Líquida | 194.336 | 213.501 | -9,0% |
| Receitas de Pedágio | 200.324 | 194.779 | 2,8% |
| Receitas Acessórias | 1.610 | 1.217 | 32,3% |
| Provisões | - | 3.981 | 0,0% |
| Receita de Construção (IFRS) | 12.407 | 30.944 | -59,9% |
| Deduções da Receita | (20.005) | (17.420) | 14,8% |
| Receita Líquida Ajustada¹ | 181.929 | 178.576 | 1,9% |



¹ Exclui Receita de Construção e Provisões.

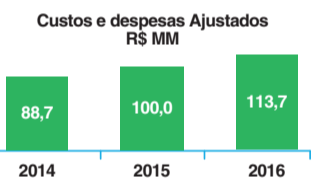
• **Receita de Pedágio** - A Receita com Pedágio em 2016 foi de R\$ 200,3M, o que representou um aumento de R\$ 5,5M em relação ao ano anterior, devido ao fechamento do retorno em PN1, que proporcionou maior fluxo de veículos leves, e ao reajuste da tarifa básica em dez/16, da ordem de 40% (de R\$ 12,20 para R\$ 17,10).

• **Receitas Extraordinárias/Outras** - As Receitas Extraordinárias/Outras somaram R\$ 1,6M em 2016, crescimento de R\$ 400 mil em relação a 2015, proveniente de reajustes contratuais e da venda de imobilizado.

• **Receita da Construção** - Foi apurada como receita de construção (IFRS) R\$ 12,4M sem qualquer impacto no resultado, uma vez que este montante é totalmente anulado com os custos de construção, devido à adoção de margem zero para os serviços de construção.

6.3 Custos e Despesas

| R\$ mil | 2016 | 2015 | Δ% |
|--|----------------|----------------|---------------|
| Custos e Despesas | 117.608 | 145.037 | -18,9% |
| Pessoal | 24.494 | 22.714 | 7,8% |
| Operacionais e Administrativas | 32.660 | 31.182 | 4,7% |
| Conservação e Manutenção | 13.571 | 12.635 | 7,4% |
| Ônus da Concessão | 3.937 | 3.528 | 11,6% |
| Provisões Líquidas | (8.484) | 14.099 | -160,2% |
| Custo da Construção (IFRS) | 12.407 | 30.944 | -59,9% |
| Depreciações e Amortizações | 39.023 | 29.935 | 30,4% |
| Custos e Despesas Ajustados¹ | 113.685 | 99.994 | 13,7% |



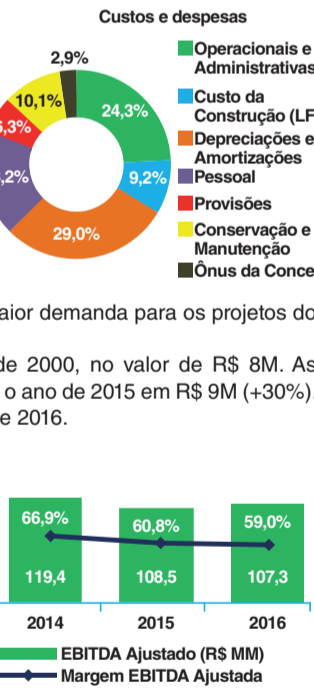
¹ Exclui Custo de Construção e Provisões.

Os Custos e Despesas Ajustados, expurgando as Depreciações e Amortizações, estão R\$ 4,6M (+6,6%) acima dos registrados em 2015. Este índice está praticamente em linha com a inflação (IPCA) dos últimos 12 meses (base dez/16). Dentre as principais variações destacamos: **Pessoal** - aumento de R\$ 1,8M, em decorrência dos reajustes salariais ocorridos em 2016; **Operacionais e Administrativas** - aumento de R\$ 1,5M em função de reajustes contratuais, que foram parcialmente compensados por reduções diversas com: seguro da rodovia (R\$ 585 mil), consultorias (R\$ 772 mil), manutenção de equipamentos (R\$ 157 mil), entre outros; **Conservação e Manutenção** - aumento de R\$ 936 mil devido a reajustes contratuais e incremento dos serviços de monitoração viária; **Ônus da Concessão** - aumento de R\$ 409 mil em decorrência do reajuste da taxa de fiscalização e da maior demanda para os projetos do RDT (Recursos de Desenvolvimento Tecnológico).

Em 2016 houve reversão de provisão de contingências referente à ação cível de 2000, no valor de R\$ 8M. As despesas com Depreciação e Amortização de 2016 totalizaram R\$ 39M, superando o ano de 2015 em R\$ 9M (+30%). O crescimento ocorreu em função do encerramento de obras ao longo de 2015 e de 2016.

6.4 EBITDA e Margem EBITDA

| EBITDA Ajustado em 2015 - R\$ mil | 2016 | 2015 | Δ% |
|--|----------------|----------------|--------------|
| Lucro líquido no ano | 35.789 | 30.707 | 16,5% |
| Imposto de Renda e CSLL | 18.609 | 17.458 | 6,6% |
| Participações | 21.948 | 17.447 | 25,8% |
| Receitas (despesas) financeiras líquidas | 382 | 2.852 | -86,6% |
| Depreciação e amortização | 39.023 | 29.935 | 30,4% |
| Provisões Líquidas | (8.484) | 10.118 | -183,9% |
| EBITDA Ajustado¹ | 107.267 | 108.517 | -1,2% |
| Margem EBITDA Ajustada | 59,0% | 60,8% | |



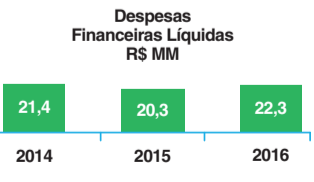
¹ Exclui Custo de Construção e Provisões

O EBITDA Ajustado do ano foi inferior em R\$ 1,3M ao apurado em 2015. A redução deve-se, apesar dos esforços de contenção de custos, aos reajustes de salários, de tarifas públicas e de contratos, que provocaram crescimento dos Custos Operacionais e Despesas Administrativas.

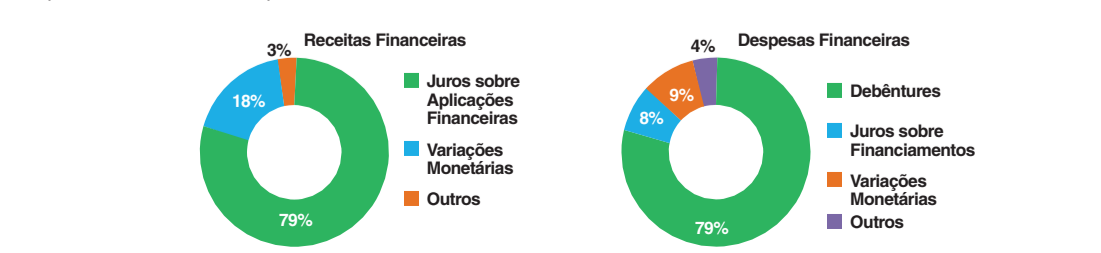
O EBITDA é o lucro líquido adicionado de imposto de renda, das (receitas) despesas financeiras líquidas, variação cambial e monetária líquida e de depreciações e amortizações. Não é uma medida utilizada nas práticas contábeis adotadas no Brasil, não representando, portanto, o fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como uma alternativa ao lucro líquido na qualidade de indicador do desempenho operacional, em que pese o utilizarmos como uma alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. Por não ter um significado padronizado, nossa definição pode não ser comparável ao de outras companhias. Adicionalmente, entendemos que determinados investidores e/ou analistas financeiros o utilizam como indicador do desempenho operacional de uma companhia e/ou de seu fluxo de caixa.

6.5 Resultado Financeiro

| Resultado Financeiro - R\$ mil | 2016 | 2015 | Δ% |
|------------------------------------|-----------------|-----------------|--------------|
| Receitas Financeiras | 5.532 | 4.384 | 26,2% |
| Juros sobre Aplicações Financeiras | 4.396 | 3.268 | 34,5% |
| Variações Monetárias | 981 | 841 | 16,6% |
| Outros | 155 | 275 | -43,7% |
| Despesas Financeiras | (27.862) | (24.683) | 12,9% |
| Debêntures | (21.948) | (17.447) | 25,8% |
| Juros sobre Financiamentos | (2.204) | (4.093) | -46,2% |
| Variações Monetárias | (2.595) | (2.643) | -1,8% |
| Outros | (1.115) | (500) | 122,9% |
| Resultado Financeiro | (22.330) | (20.299) | 10,0% |



O resultado Financeiro da companhia em 2016 totalizou R\$ 22,3M de despesas financeiras líquidas, o que representa um aumento de R\$ 2M em relação a 2015. Este crescimento ocorreu em função da maior atribuição de Debêntures (resultado de 2016 superior ao de 2015), do aumento das despesas bancárias e de fiança. Tais incrementos compensaram a menor despesa com Juros de Financiamentos e a maior receita financeira.



6.6 Resultado do Exercício

| DESCRIÇÃO | 2016 | 2015 | Δ% |
|---|-----------------|------------------|-------------------|
| Veículos equivalentes | 16.297 | 16.324 | -0,2% |
| Receita operacional líquida | 194.336 | 213.501 | -9,0% |
| Receitas operacionais | 200.324 | 194.779 | 2,8% |
| Abatimentos | (2.746) | (353) | 677,9% |
| PIS, COFINS, ISS e outros | (17.259) | (17.067) | 1,1% |
| Outras receitas | 1.610 | 1.217 | 32,3% |
| Provisões | - | 3.981 | 0,0% |
| Receita de construção | 12.407 | 30.944 | -59,9% |
| Custos e despesas | (78.585) | (115.102) | -31,7% |
| Custos e despesas | (70.725) | (66.531) | 6,3% |
| Provisões diversas | (1.115) | (14.550) | 0,0% |
| Reversões diversas | 9.599 | 451 | -166,0% |
| Ônus da concessão | (3.937) | (3.528) | 11,6% |
| Custo de construção | (12.407) | (30.944) | -59,9% |
| EBITDA | 115.751 | 98.399 | 17,6% |
| EBITDA/receita líquida | 59,56% | 46,09% | 13,47 p.p. |
| Depreciações e amortizações | (39.023) | (29.935) | 30,4% |
| Despesas financeiras líquidas ¹ | (22.330) | (20.299) | 10,0% |
| Lucro antes i. renda | 54.398 | 48.165 | 12,9% |
| Imposto de renda/contribuição social ² | (18.609) | (17.458) | 6,6% |
| Lucro líquido | 35.789 | 30.707 | 16,5% |
| Lucro líquido/receita líquida | 18,42% | 14,38% | 4,04 p.p. |
| Receita líquida ajustada³ | 181.929 | 178.576 | 1,9% |
| EBITDA ajustado⁴ | 107.267 | 108.517 | -1,2% |
| Margem EBITDA ajustada | 59,0% | 60,8% | -1,8 p.p. |

¹ Inclui remuneração das debêntures.

² Contem R\$ 267 de Incentivos fiscais (Lei Rouanet) em 2016 e R\$ 313 em 2015.

³ Exclui receita de construção e provisões.

⁴ Exclui receita/custo de construção e provisões/reversões diversas.

O lucro líquido por ação no ano atingiu R\$ 413,91 (R\$ 355,13 em 2015), justificado pela reversão de provisão, conforme comentado anteriormente.

6.7 Disponibilidade e Endividamento

6.7.1 Captações de recursos

A Concessionária está empenhada no equacionamento de sua estrutura de capital, em busca da viabilidade para a execução do seu plano de investimentos. Dessa forma, foram captados recursos de longo prazo no Brasil (BNDES) compatíveis com as necessidades de investimentos previstas no contrato de concessão. Em 2009, obtivemos financiamento junto ao BNDES no valor de R\$ 51,8M para realização das obras previstas na rodovia no período 2008-2012. Em maio de 2012 finalizamos a fase de captação. O saldo a ser amortizado até julho de 2019 é de R\$ 8,6M.

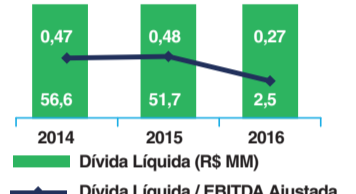
Em agosto de 2012 realizamos o financiamento da construção da balança fixa (localizada no Km 131) e de parte da ampliação da capacidade da subida da serra (Trecho 2B), através da operação BNDES Automático, que tem como agente financeiro o Banco ABC BRASIL S.A., no valor de R\$ 9,5M. O saldo a ser amortizado até setembro de 2017 é de R\$ 2,2M.

Em dezembro de 2013 a companhia assinou o contrato de financiamento, no valor de R\$ 52,7 milhões junto ao BNDES, de importantes obras que serão realizadas ao longo da rodovia, com destaque para a ampliação da capacidade da subida da serra (Trecho III e Trecho IV) e a reconstrução do pavimento entre os quilômetros 71 e 89. Até o momento houve a captação de R\$ 41,8M. O saldo a ser amortizado até setembro de 2019 é de R\$ 27,8M.

Em 2016, a companhia assinou o contrato de financiamento no valor de R\$ 20M através da operação BNDES Automático, que tem como agente financeiro o Banco SANTANDER (BRASIL) S/A. Esta operação tem por finalidade o financiamento de obras de contenção de encostas, construção de rua lateral e construção de retorno. Ainda não houve captação de recursos desta operação.

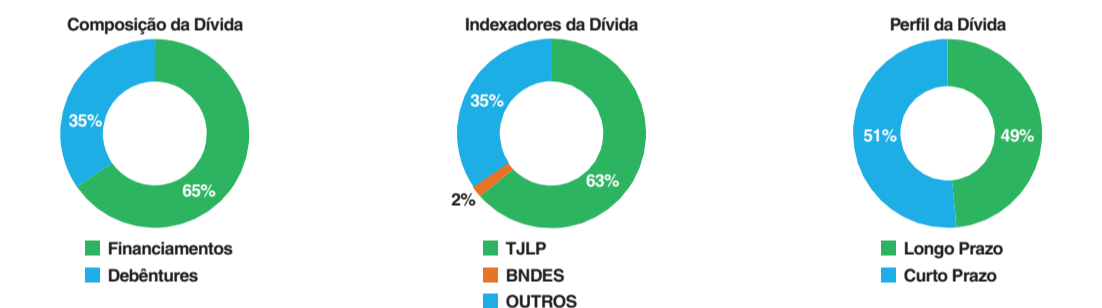
6.7.2 Disponibilidade e Endividamento Consolidado

| Endividamento - R\$ mil | 2016 | 2015 | Δ% |
|---|----------------|----------------|---------------|
| Curto Prazo | 30.353 | 27.723 | 9,5% |
| Empréstimos e Financiamento | 18.548 | 21.954 | -15,5% |
| Debêntures | 11.805 | 5.770 | 104,6% |
| Longo Prazo | 28.588 | 45.315 | -36,9% |
| Empréstimos e Financiamento | 20.027 | 38.132 | -47,5% |
| Debêntures | 8.561 | 7.183 | 19,2% |
| Dívida Bruta | 58.942 | 73.038 | -19,3% |
| Caixa e Equivalente de Caixa | 30.446 | 21.306 | 42,9% |
| Dívida Líquida | 28.495 | 51.732 | -44,9% |
| EBITDA Ajustado | 107.267 | 108.517 | -1,2% |
| Dívida Líquida / EBITDA Ajustado | 0,27 | 0,48 | |



A companhia encerrou o exercício com saldo de caixa e equivalente de caixa de R\$ 30,4M, superando o saldo de 2015 em R\$ 9,1M. O crescimento do saldo deveu-se, principalmente, ao menor volume de investimentos realizados em 2016.

O saldo da dívida bruta em dezembro/2016 ficou em R\$ 58,9M, uma redução de R\$ 14,1M em relação ao saldo de dezembro/2015, motivada pela amortização dos financiamentos. A relação entre curto e longo prazo está praticamente em equilíbrio, já que 51% do saldo tem vencimento no curto prazo e 49% no longo prazo.



A relação Dívida Líquida/EBITDA de 2016 apresentou o indicador de 0,27 contra 0,48 de 2015, variação de -44,3%. Todos os financiamentos foram contratados em moeda nacional (Real) com indexadores utilizados pelo BNDES. A remuneração das debêntures é realizada por meio de participação nos resultados da companhia.

6.8 Principais Investimentos

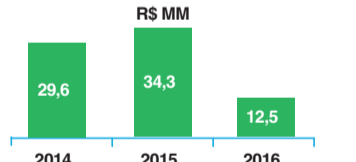
Dentre as obras realizadas desde o início da concessão até dez/2016, destacam-se: construção de 5 viadutos, construção de 21 passarelas, 204 pontos de contenção de encosta, 18,5 quilômetros de ruas laterais, 351.732 m² de reconstrução do pavimento, 102.075 m³ de recapeamento, iluminação de 40 quilômetros da rodovia e 9,6 km de construção da terceira faixa na serra, que tem previsão de conclusão em dezembro de 2018.

Em abril/2010, a companhia iniciou as obras de construção da terceira faixa da Serra de Teresópolis, obra de suma importância para a maior segurança e fluidez do tráfego, com previsão de conclusão em 7 (sete) anos. Já foram concluídos 9,7 quilômetros, entre o Km 103,87 e Km 94,2, referentes aos trechos I, II e III. A conclusão do trecho IV, a última fase do projeto, entre o Km 93 e o Km 90, aguarda liberação de licenças ambientais e da ANTT para retomada da obra.

Durante o ano de 2016, foram investidos R\$ 14M, com destaque para a campanha de reconstrução do pavimento rígido - Trecho da Serra. Estes investimentos têm como objetivo a melhora no fluxo de veículos e o aumento da segurança dos usuários que trafegam na rodovia.

Os investimentos realizados estiveram em conformidade com o previsto no contrato de concessão.

| Investimentos - R\$ mil | 2016 | 2015 | Δ% |
|---|---------------|---------------|---------------|
| Ampliação da Rodovia | 4.417 | 5.747 | -23,1% |
| Contenções de encostas | 391 | 6.115 | -93,6% |
| Reconstrução do pavimento flexível e rígido | 7.704 | 22.474 | -65,7% |
| Total | 12.512 | 34.336 | -63,6% |





Baseados em estudos, foram instaladas em encostas 9 (nove) estações pluviométricas automáticas, 10 (dez) inclinômetros, 14 (quatorze) piezômetros tipo corda vibrante, 35 (trinta e cinco) piezômetros tipo Casagrande e 19 (dezenove) medidores de nível d'água. Foram instaladas ainda 2 (duas) estações meteorológicas: uma no abrigo 4 do Parque Nacional da Serra dos Órgãos, sendo este o ponto mais alto da Serra e outra no Km 90 da rodovia (próximo ao Alto do Soberbo).

Os dados obtidos pelas estações meteorológicas, assim como por informações dos principais centros de previsão do tempo e do sistema de comunicação com a CRT, possibilitam o envio "on line" de boletins atualizados à área técnica e operacional da concessionária, com a análise instantânea sobre as condições climáticas, agilizando a adoção de medidas preventivas, minimizando os impactos na rodovia.

• **Orçamento Base Zero (OBZ)** – Em julho de 2015 a CRT finalizou a implementação desta ferramenta estratégica de gestão, que repensa a estrutura de controle de gastos e inicia uma nova cultura entre os colaboradores. Sua metodologia consiste na análise, aprovação e classificação de cada item do orçamento baseado em seu custo-benefício, permitindo estabelecer metas de cortes e priorização de custos fundamentais para a operação do negócio. Desta maneira, o uso da base histórica que replica os gastos anteriores acrescidos de reajustes é abandonado. O produto final do OBZ é um orçamento que assegura a sobrevivência da empresa em cenários adversos, ao mesmo tempo em que é capaz de aproveitar as oportunidades advindas dos melhores cenários. Entre vários benefícios, podemos destacar:

- ✓ Alinhar o orçamento operacional às diretrizes estratégicas da empresa;
- ✓ Priorizar os gastos de acordo com o melhor custo benefício (projetos, processo e atividades);
- ✓ Identificar o patamar mínimo de gastos sem comprometer a operação;
- ✓ Disseminar na companhia o combate ao desperdício.

7.6 Governança Corporativa

7.6.1 Conselho de Administração

A Direção da CRT conta com um Conselho de Administração que se reúne mensalmente, ou sempre que necessário, e é composto por 7 (sete) conselheiros representantes dos acionistas controladores, minoritários e debenturistas, com uma organização e procedimentos de registro e tomada de decisão em conformidade com as melhores práticas de Governança Corporativa.

7.6.2 Comitê Jurídico

Criado em agosto/15, o comitê jurídico é composto por advogados indicados pelo Conselho de Administração com o objetivo de avaliar, propor e validar estratégias jurídicas a serem adotadas pela CRT em temas previamente escolhidos.

7.6.3 Comitê de Conduta e Ética

Composto por um colaborador externo, um colaborador membro do Conselho de Administração da CRT e por um colaborador interno indicado pelo Diretor-Presidente da CRT, todos formalmente nomeados e destituídos pelo Conselho de Administração da companhia. Este comitê tem como principais atribuições: auxiliar todos os colaboradores na compreensão das diretrizes éticas da CRT, zelar pela atualização destas diretrizes, analisar e decidir sobre eventuais infrações e violações ao Código de Ética da CRT, determinar adoção de medidas necessárias em caso de descumprimento das políticas definidas no Código de Ética e assegurar que o Conselho de Administração esteja ciente dos assuntos que possam causar impacto significativo à imagem da CRT.

7.6.4 Auditoria Interna

O Conselho de Administração da CRT aprova a programação de auditoria do ano, cuja coordenação é exercida pela Auditoria Interna da INVEPAR.

7.8 Concessionária em números

Dados anuais

| Tabela - Rodovias | | | | | | | | | | | | | |
|--|---|--------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| Quilômetros de rodovia | 142,5 km de extensão - BR - 116/RJ, trecho Além Paraíba - Teresópolis - Entroncamento c/ a BR 040/RJ | | | | | | | | | | | | |
| Número de veículos que transitaram | EIXOS QUANT. | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 10+ | TOTAL | | | |
| | | 9.102.540 | 509.474 | 301.385 | 226.896 | 235.465 | 44.635 | 1.425 | 22.937 | 10.444.757 | | | |
| Número de praças de pedágios | São 4 praças de Pedágio: 3 em operação; PN2 foi suspensa temporariamente e PN3 não foi construída conforme determinação da ANTT. | | | | | | | | | | | | |
| Tarifa | Praça de pedágio principal: Automóvel - R\$ 17,10; Comercial por eixo - R\$17,10; Motocicletas - R\$ 8,55 | | | | | | | | | | | | |
| | Praças de pedágio auxiliares: Automóvel - R\$ 12,00; Comercial por eixo - R\$ 12,00; Motocicletas - R\$ 6,00. | | | | | | | | | | | | |
| Número de quilômetros mantidos | 142,5 km | | | | | | | | | | | | |
| Índice de congestionamento | | | | | | | | | | | | | |
| Trânsito Médio Diário Equivalente | | jan/16 | fev/16 | mar/16 | abr/16 | mai/16 | jun/16 | jul/16 | ago/16 | set/16 | out/16 | nov/16 | dez/16 |
| | | 46.211 | 46.723 | 44.928 | 44.981 | 43.867 | 43.589 | 45.500 | 44.841 | 43.997 | 42.858 | 43.260 | 43.663 |
| Trânsito Médio Anual Equivalente | | 44.529 | | | | | | | | | | | |
| Equipes utilizadas pelo concessionário | 1 Ambulância; 4 Bases Operacionais; 63 Câmeras de monitoramento; 2 Carros-resgate; 2 Estações meteorológica; 9 Estações pluviométrica; 8 Guinchos; 6 Painéis de mensagens variáveis; 100 Telefones de emergência (callboxes); 1 UTI - Móvel; 6 Viaturas de Inspeção | | | | | | | | | | | | |
| Índice de qualidade de estrada | | | | | | | | | | | | | |
| Receita de Pedágio | | 200.324 | | | | | | | | | | | |
| Custos associados às receitas de pedágio | | 100.905 | | | | | | | | | | | |
| Fator Trabalho | | | | | | | | | | | | | |
| Número de Trabalhadores | | 371 | | | | | | | | | | | |
| Despesas de Pessoal | | 23.439 | | | | | | | | | | | |
| Fator Capital | | | | | | | | | | | | | |
| Despesas de Depreciação/ Amortização | | 249.141 | | | | | | | | | | | |
| Ativo Líquido | | 193.519 | | | | | | | | | | | |
| Ativo Bruto | | 442.660 | | | | | | | | | | | |
| Série Histórica dos Investimentos | | | | | | | | | | | | | |
| | | ANO | 1996 | 1997 | 1998 | 1999 | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | |
| | | | 18.325 | 10.534 | 7.843 | 19.606 | 20.067 | 19.239 | 12.039 | 7.078 | 7.213 | 11.909 | |
| | | ANO | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 |
| | | | 9.891 | 14.247 | 13.428 | 22.423 | 20.215 | 57.737 | 44.760 | 45.788 | 31.121 | 35.210 | 13.988 |
| Fatores Intermediários | | | | | | | | | | | | | |
| Despesas em Administração | | 3.489 | | | | | | | | | | | |
| Despesas em Manutenção | | 1.339 | | | | | | | | | | | |
| Outras Despesas | | 7.802 | | | | | | | | | | | |
| Seguridade | | | | | | | | | | | | | |
| | | Acidentes por Gravidade | | Quant. | | | | | | | | | |
| Quantidade de acidentes | | Acidentes com Mortes | | 25 | | | | | | | | | |
| | | Acidentes com Feridos | | 733 | | | | | | | | | |
| | | Acidentes sem Feridos | | 595 | | | | | | | | | |
| | | Total | | 1.353 | | | | | | | | | |
| Indicadores | | | | | | | | | | | | | |
| Receita por Veículo | | 19,18 | | | | | | | | | | | |
| Custo por veículo | | 9,66 | | | | | | | | | | | |

7.9 Balanço Social

CONCESSIONÁRIA RIO TERESÓPOLIS S/A - CRT

Balanço Social

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (Em mil)

| 1 - Base de cálculo | 2016 - Valor | 2015 - Valor |
|--|----------------|----------------|
| Faturamento bruto | 214.116 | 230.916 |
| Receita líquida (RL) | 193.904 | 209.489 |
| Resultado operacional (RO) | 76.461 | 68.151 |
| Folha de pagamento bruta (FPB) | 14.278 | 13.249 |
| Folha de pagamento bruta - Total remunerações | 14.278 | 13.249 |

| 2 - Indicadores sociais internos | Valor | % sobre FPB | % sobre RL | Valor | % sobre FPB | % sobre RL |
|---|---------------|-------------|------------|---------------|-------------|------------|
| Alimentação | 1.572 | 11% | 1% | 1.519 | 11% | 1% |
| Encargos Sociais | 7.152 | 50% | 4% | 6.760 | 51% | 3% |
| Saúde | 1.357 | 10% | 1% | 1.126 | 8% | 1% |
| Segurança e Saúde no trabalho | 224 | 2% | 0% | 228 | 2% | 0% |
| Educação | 23 | 0% | 0% | 26 | 0% | 0% |
| Capacitação e desenvolvimento profissional | 7 | 0% | 0% | 11 | 0% | 0% |
| Participação nos lucros ou resultados | 2.072 | 15% | 1% | 1.782 | 13% | 1% |
| Outros | 1.699 | 12% | 1% | 1.445 | 11% | 1% |
| Total - Indicadores sociais internos | 14.106 | 99% | 8% | 12.897 | 97% | 7% |

| 3 - Indicadores sociais externos | Valor | % sobre FPB | % sobre RL | Valor | % sobre FPB | % sobre RL |
|---|---------------|-------------|------------|---------------|-------------|------------|
| Cultura | 267 | 2% | 0% | 313 | 2% | 0% |
| Outros | 29 | 0% | 0% | 40 | 0% | 0% |
| Total de contribuições à sociedade | 296 | 2% | 0% | 353 | 3% | 0% |
| Tributos (Exceto encargos sociais) | 36.055 | 253% | 19% | 35.228 | 266% | 17% |
| Total - Indicadores sociais externos | 36.351 | 255% | 19% | 35.581 | 269% | 17% |

| 4 - Indicadores ambientais | Valor | % sobre FPB | % sobre RL | Valor | % sobre FPB | % sobre RL |
|--|--------------|----------------------------|----------------------------|--------------|----------------------------|----------------------------|
| Investimentos relacionados com a produção/operação da Concessionária: | 611 | 4% | 0% | 693 | 5% | 0% |
| Investimentos em programas e/ou projetos externos: | 839 | 6% | 0% | 880 | 7% | 0% |
| Total de investimentos em meio ambiente | 1.450 | 10% | 0% | 1.573 | 12% | 0% |
| Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, ou consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos, a Concessionária: | | () Não possui metas | () Não possui metas | | () Não possui metas | () Não possui metas |
| | | () Cumpre de 0 a 50% | () Cumpre de 0 a 50% | | () Cumpre de 0 a 50% | () Cumpre de 0 a 50% |
| | | () Cumpre de 50 a 75% (X) | () Cumpre de 50 a 75% (X) | | () Cumpre de 50 a 75% (X) | () Cumpre de 50 a 75% (X) |
| | | Cumpre de 75 a 100% | Cumpre de 75 a 100% | | Cumpre de 75 a 100% | Cumpre de 75 a 100% |

| 5 - Indicadores do corpo funcional | 2016 | 2015 |
|--|--------------------------------|--------------------------------|
| Nº de colaboradores ao final do período | 371 | 363 |
| Tempo de serviço | 6,74% até seis meses | 3,86% até seis meses |
| | 2,43% de seis meses a um ano | 7,99% de seis meses a um ano |
| | 16,44% entre um e dois anos | 20,39% entre um e dois anos |
| | 23,99% entre dois e cinco anos | 20,11% entre dois e cinco anos |
| | 50,40% mais de cinco anos | 47,66% mais de cinco anos |
| Nº de admissões durante o período | 50 | 48 |
| Nº de demissões durante o período | 35 | 37 |
| Nº de estagiários (as) | 2 | 2 |
| Nº de colaboradores terceirizados | 67 | 322 |
| Nº de colaboradores com até 18 anos | 3 | 2 |
| Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos | 60 | 58 |
| Nº de colaboradores entre 25 e 45 anos | 231 | 229 |
| Nº de colaboradores acima de 45 anos | 84 | 74 |
| Nº de mulheres que trabalham na Concessionária | 134 | 130 |
| % de cargos gerenciais ocupados por mulheres | 0 | 17,65% |
| Remuneração paga a mulheres no período | 263 | 235 |
| Nº de negros (as) que trabalham na Concessionária | 31 | 32 |
| Nº de pessoas com deficiência física ou necessidades especiais | 4 | 4 |
| Total de horas extras trabalhadas | 28.324 | 25.228 |
| Total de horas extras pagas | 600 | 596 |
| Total de INSS pagos | 3.078 | 2.984 |
| Total de FGTS pago | 1.099 | 1.046 |
| Total de Contribuição Sindical paga | 99 | 189 |
| Total dos demais encargos sociais pagos | 144 | 127 |
| Total de ICMS recolhido no período | 485 | 1.062 |
| Total de IR recolhido no período | 13.391 | 13.077 |
| Total de CSLL recolhida no período | 4.951 | 4.069 |
| Total de PIS recolhida no período | 1.304 | 1.295 |
| Total de COFINS recolhida no período | 6.017 | 5.992 |

7.6.5 Assembleia dos Debenturistas

Em conformidade com a escritura de emissão das debentures, os debenturistas se reúnem previamente para deliberar sobre os temas previstos na referida escritura, de forma a orientar o voto dos debenturistas representados no Conselho de Administração da CRT.

7.6.6 Outros Comitês

A companhia, sempre que solicitada, participa dos comitês de governança dos acionistas e investidores. Para outras informações sobre a governança da CRT, consulte o site www.crt.com.br na seção Relação com Investidores.

7.7 Responsabilidade Social e Ambiental

Mantivemos, no exercício de 2016, o convênio pioneiro na região firmado com a Pestalozzi de Magé no apoio a projetos profissionalizantes (oficinas de informática e marcenaria).

A CRT continua patrocinando, por meio da Lei Rouanet, o Projeto Olhares, iniciado em 2011. O projeto foi desenvolvido pelo Lar Tia Anastácia, tendo por objetivo utilizar a arte da fotografia para captar a realidade da comunidade do bairro de São Pedro, especificamente no morro do Rosário em Teresópolis, atendendo atualmente a 50 (cinquenta) crianças e adolescentes.

A concessionária iniciou o patrocínio ao projeto Teatro dos APAExonados, promovido pela APAE Magé. Por meio da Lei Rouanet, a CRT patrocina integralmente as oficinas de teatro para 50 crianças e jovens com deficiência.

Na área ambiental, destacamos o Projeto Fauna Viva que existe desde 2008 e conta com o apoio e a colaboração do Instituto Chico Mendes, IBAMA, Museu Nacional do Rio de Janeiro, Centro de Primatologia do Rio de Janeiro (CPFJ) - INEA, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Universidade Castelo Branco, Fundação Oswaldo Cruz, Universidade de São Paulo e Fundação RioZoo.

O objetivo central é identificar e monitorar os animais silvestres atropelados na BR-116/RJ e os pontos com maior incidência. Desta forma, buscam-se informações para embasar o planejamento e a execução de ações que ajudem na redução destas ocorrências, como por exemplo, a implantação de dispositivos que permitam a travessia segura dos animais. Outro desdobramento do projeto é resgatar espécies saudáveis em perigo ou feridas no entorno da rodovia.

O Projeto Fauna Viva é realizado na BR-116/RJ, trecho Rio - Teresópolis - Além Paraíba, totalizando 142,5 quilômetros. A área de estudo inicia-se no município de Duque de Caxias e atravessa ainda os municípios de Magé, Guapimirim, Teresópolis, São José do Vale do Rio Preto e Sapucaia.

A região do Rio - Teresópolis - Além Paraíba abriga importantes remanescentes de florestas e uma das maiores reservas de Mata Atlântica do País - o Parque Nacional da Serra dos Órgãos (Parnaso). Ali vivem várias espécies como a onça-parda, macaco muriqui, porco-do-mato e diversas aves que estão ameaçadas de extinção. Algumas espécies correm um risco maior de serem impactadas pelos atropelamentos na área da rodovia, como o macaco bugio, preguiça, cachorro-do-mato, tatu-galinha, gambá, ouriço-cacheiro, gaviões e corujas de diversas espécies.

A seguir demais projetos em andamento na área ambiental:

- ✓ Programa de Monitoramento da Qualidade da Água e do Ar – PARNASO;
- ✓ Programa de Monitoramento Pluviométrico;
- ✓ Programa de Monitoramento da Poluição Sonora – PARNASO;
- ✓ Programa de Implantação de Espécies Nativas da Mata Atlântica;
- ✓ Execução de projeto de plantio compensatório – PARNASO;
- ✓ Programa de Controle Ambiental;
- ✓ Compostagem de Resíduos Orgânicos.

Total de outros tributos recolhidos no período 9.956 70% 5% 9.782 74% 5%

| 6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial | 2016 | 2015 |
|---|--------|--------|
| Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessionária | 62,62% | 68,11% |

| | | |
|--|---|---|
| Número total de acidentes de trabalho | 12 | 8 |
| Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por: | (X) direção () direção e gerenciais () todos os colaboradores | (X) direção () direção e gerenciais () todos os colaboradores |

Os padrões de segurança e salubridade no ambiente do trabalho foram definidos por:

| | | |
|---|---|---|
| Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e a representação interna dos colaboradores, a Concessionária: | (X) não se envolve () segue as normas da OIT () incentiva as normas da OIT () direção () direção e gerenciais () todos os colaboradores () direção () direção e gerencias () todos os colaboradores () direção () direção e gerencias () todos os colaboradores | (X) não se envolve () segue as normas da OIT () incentiva as normas da OIT () direção () direção e gerenciais () todos os colaboradores () direção () direção e gerencias () todos os colaboradores |
|---|---|---|

A participação nos lucros ou resultados contempla:

| | | |
|--|---|---|
| | (X) direção e gerencias (X) direção e todos os colaboradores | () direção e gerencias (X) direção e todos os colaboradores |
|--|---|---|

Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária:

| | | |
|---|--|--|
| | () não são considerados () são sugeridos (X) são exigidos () não se envolve () apoia | () não são considerados (X) são sugeridos () são exigidos () não se envolve () apoia |
| Quanto à participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concessionária: | (X) organiza e incentiva | (X) organiza e incentiva |
| % de reclamações e críticas solucionadas: | 66% na Concessionária __% no PROCON | 61% na Concessionária _% no PROCON |

| Valor adicionado total a distribuir: | 125.493 | 114.735 |
|--------------------------------------|--------------------------|--------------------------|
| Distribuição do Valor Adicionado | 31% governo | 33% governo |
| | 14% acionistas | 12% acionistas |
| | 17% colaboradores | 37% colaboradores |
| | 23% terceiros | 8% terceiros |
| | 15% retido | 10% retido |

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

8.1 Prêmios e Reconhecimentos

• Em 2005 a CRT foi eleita a melhor concessionária federal, segundo pesquisa de avaliação da satisfação dos usuários dos serviços das empresas de transporte terrestre realizada entre os meses de junho e julho pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) por meio de empresa especializada.

• Em 2014, a pesquisa de satisfação foi realizada em todo o território nacional entre março e junho, com aplicação de, aproximadamente, 89 mil questionários junto a usuários de rodovias federais, transportes rodoviários de passageiros e transporte ferroviário de carga. No segmento de rodovias concedidas foram realizadas 11.947 entrevistas com motoristas amadores e profissionais, que avaliaram 49 trechos de 14 concessionárias. Como resultado da consulta a Rodovia Santos Dumont (BR-116/RJ) administrada pela Concessionária Rio Teresópolis (CRT) e a Rodovia Presidente Dutra (BR-116) foram apontadas como as melhores rodovias federais sob concessão no País, com a avaliação média geral de 7,1.

• Segundo a pesquisa IBOPE/2016, realizada a cada dois anos, conforme previsto no contrato de concessão, 86% dos entrevistados consideram a rodovia Ótima + Boa. Este índice revela a satisfação de nossos usuários em relação aos investimentos e serviços prestados pela companhia.

• O Projeto Teatro dos Apaexonados realizado pela APAE de Magé/RJ, patrocinado integralmente pela CRT, através da Lei Federal de Incentivo à Cultura do Ministério da Cultura – Lei Rouanet e sob a gestão da Criativa Social, recebeu o Prêmio Baixada 2016. Em sua 15ª edição, a



BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Valores expressos em milhares de reais)

| | Nota | 2016 | 2015 | | Nota | 2016 | 2015 |
|---|------|----------------|----------------|--|------|----------------|----------------|
| Ativo circulante | | | | Passivo circulante | | | |
| Caixas e equivalentes de caixa | 5 | 30.446 | 21.306 | Fornecedores | 13 | 1.996 | 1.466 |
| Créditos a receber | 7 | 11.608 | 9.234 | Retenções contratuais | 13 | 510 | 691 |
| Créditos a receber de partes relacionadas | 8 | 474 | 931 | Dividendos | 13 | 6 | 6 |
| Estoques | 9 | 887 | 638 | Outras obrigações | 13 | 1.412 | 960 |
| Impostos a recuperar | 10a | 3.810 | 553 | Empréstimos e financiamentos | 14 | 18.548 | 21.954 |
| Adiantamento a fornecedores | | 495 | 666 | Salários, provisões e contribuições | 15 | 4.761 | 4.753 |
| Despesas antecipadas | | 1.954 | 2.030 | Provisão para manutenção | 17 | 177 | 255 |
| Indenizações a receber | 16 | 2.164 | 199 | Remuneração a pagar a debenturistas | 18 | 11.805 | 5.770 |
| Outros | | 1.329 | 1.177 | Impostos, taxas e contribuições | 10b | 2.224 | 2.515 |
| Total do ativo circulante | | 53.167 | 36.734 | Total do passivo circulante | | 41.439 | 38.370 |
| Ativo não circulante | | | | Passivo não circulante | | | |
| Aplicações financeiras | 6 | 3.688 | 3.278 | Empréstimos e financiamentos | 14 | 20.027 | 38.132 |
| Depósitos judiciais | | 892 | 1.104 | Debêntures | 18 | 8.561 | 7.183 |
| Outras contas a receber | | 1.388 | 1.325 | Provisão para manutenção | 17 | 997 | 1.249 |
| Imposto de renda e CSLL diferidos | 10c | - | 94 | Obrigações legais decorrentes de processos judiciais | 16 | 9.286 | 17.320 |
| Indenizações a receber | 16 | 3.981 | 3.981 | Imposto de renda e CSLL diferidos | 10c | 1.216 | - |
| Imobilizado | 11 | 7.069 | 6.437 | Total do passivo não circulante | | 40.087 | 63.884 |
| Intangível | 12 | 186.450 | 211.793 | Patrimônio líquido | | | |
| Total do ativo não circulante | | 203.468 | 228.012 | Capital social | 19a | 86.000 | 78.700 |
| Total do ativo | | 256.635 | 264.746 | Reservas de capital | 19c | 3.596 | 7.644 |
| | | | | Reservas de lucro | 19c | 85.513 | 76.148 |
| | | | | Total do patrimônio líquido | | 175.109 | 162.492 |
| | | | | Total do passivo e patrimônio | | 256.635 | 264.746 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

| | Reservas de capital | | | | Reservas de lucros | | | Lucros acumulados | Total |
|--|---------------------|-------------------------------|-----------------|--------------|------------------------|---------------------------|----------------------------|-------------------|----------------|
| | Capital social | Reserva p/ aumento de capital | Reserva de ágio | Legal | Restituição de capital | Reserva para investimento | Reserva retenção de lucros | | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2014 | 72.470 | 1.428 | 3.596 | 2.460 | 3.528 | 2.897 | 69.968 | - | 156.347 |
| Aumento de capital | 6.230 | (1.428) | - | (2.460) | - | (2.342) | - | - | - |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | - | - | 30.707 | 30.707 |
| Dividendos de exercício anterior distribuídos no período | - | - | - | - | - | - | (6.028) | - | (6.028) |
| Dividendos pagos | - | - | - | - | - | - | - | (19.737) | (19.737) |
| Dividendos adicionais propostos | - | - | - | - | - | - | - | (3.636) | - |
| Apropriação do lucro do exercício | | | | | | | | | |
| Constituição de reservas | - | 4.048 | - | 1.535 | 292 | 1.459 | - | (7.334) | - |
| Outros resultados | | | | | | | | | |
| Outros resultados | - | - | - | - | - | - | 1.203 | - | 1.203 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2015 | 78.700 | 4.048 | 3.596 | 1.535 | 3.820 | 2.014 | 68.779 | - | 162.492 |
| Aumento de capital | 7.300 | (4.048) | - | (1.535) | - | (1.717) | - | - | - |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | - | - | 35.789 | 35.789 |
| Dividendos de exercício anterior distribuídos no período | - | - | - | - | - | - | (5.668) | - | (5.668) |
| Dividendos pagos | - | - | - | - | - | - | - | (17.504) | (17.504) |
| Dividendos adicionais propostos | - | - | - | - | - | - | - | (14.456) | - |
| Apropriação do lucro do exercício | | | | | | | | | |
| Constituição de reservas | - | - | - | 1.789 | 340 | 1.700 | - | (3.829) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2016 | 86.000 | - | 3.596 | 1.789 | 4.160 | 1.997 | 77.567 | - | 175.109 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por lote de mil ações, expresso em reais)

| | Nota | 2016 | 2015 |
|---|---------|----------|----------|
| Receita de serviços | 180.471 | 177.528 | |
| Receita extraordinária | 1.026 | 1.017 | |
| Receita de construção | 12.407 | 30.944 | |
| Receita operacional líquida | 20 | 193.904 | 209.489 |
| Custo dos serviços | 21 | (88.499) | (77.500) |
| Custo de construção | 21 | (12.407) | (30.944) |
| Lucro bruto | | 92.998 | 101.045 |
| Receitas (despesas) operacionais | | | |
| Gerais e administrativas | 22 | (13.504) | (34.509) |
| Depreciações e amortizações | | (1.168) | (610) |
| Participação de empregados | 24a | (2.072) | (1.782) |
| Outras receitas operacionais - líquidas | | 207 | 4.007 |
| Lucro operacional antes do resultado financeiro | | 76.461 | 68.151 |
| Receitas financeiras | 23 | 5.532 | 4.384 |
| Despesas financeiras | 23 | (5.914) | (7.236) |
| Remuneração de debenturistas | 23 | (21.948) | (17.447) |
| Lucro antes do imposto de renda e contribuição social | | 54.131 | 47.852 |
| Imposto de renda e contribuição social - correntes | 10d | (17.032) | (20.077) |
| Imposto de renda e contribuição social - diferidos | 10d | (1.310) | 2.932 |
| Lucro líquido do exercício | | 35.789 | 30.707 |
| Lucro por ação - básico | 25 | - | - |
| Ações preferenciais | | 436,28 | 374,34 |
| Ações ordinárias | | 396,63 | 340,31 |
| Lucro por ação - diluído | 25 | - | - |
| Ações preferenciais | | 363,18 | 305,15 |
| Ações ordinárias | | 330,17 | 277,41 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

| | 2016 | 2015 |
|--|----------|----------|
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | 54.131 | 47.852 |
| Depreciação e amortização | 39.023 | 30.262 |
| Baixa de depreciação, amortização e intangível | 560 | (548) |
| Provisão para contingências | (8.034) | 14.076 |
| Juros e encargos financeiros | 3.321 | 6.530 |
| Encargos debêntures | 21.948 | 17.447 |
| Despesa financeira - Debêntures | 1.378 | 1.338 |
| Reembolso contingência | - | (3.981) |
| Lucro líquido ajustado | 112.327 | 112.976 |
| Despesa antecipada | 76 | 206 |
| Créditos a receber | (2.374) | 1.495 |
| Créditos com partes relacionadas | 457 | (108) |
| Adiantamento a fornecedor | 171 | 181 |
| Estoques | (249) | (248) |
| Depósitos e bloqueios judiciais | 212 | 943 |
| Indenizações a receber | (1.966) | 2.188 |
| Impostos a recuperar | (3.258) | (123) |
| Outros circulantes | (214) | (707) |
| Provisão para manutenção | (331) | (276) |
| Salários, provisões e contribuições sociais | 89 | 270 |
| Fornecedores | 530 | (1.901) |
| Impostos a recolher | 296 | (124) |
| Participação nos lucros dos resultados | (80) | 620 |
| Outras obrigações a pagar | 269 | (338) |
| | (6.372) | 2.078 |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | (17.618) | (24.164) |
| Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais | 88.337 | 90.890 |
| Caixa Líquido atividades investimentos | | |
| Ativo financeiro | (410) | (1.518) |
| Imobilizado e intangível | (14.872) | (35.210) |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento | (15.282) | (36.728) |
| Caixa líquido atividades de financiamento | | |
| Amortização de Empréstimos | (20.766) | (14.666) |
| Pagamento de dividendos | (23.172) | (25.766) |
| Novas captações de empréstimos obtidos | - | 4.161 |
| Encargos e juros financeiros pagos a terceiros | (4.065) | (5.596) |
| Remunerações pagas a debenturistas | (15.912) | (17.695) |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos | (63.915) | (59.562) |
| Aumento no caixa e equivalentes de caixa | 9.140 | (5.400) |
| Caixa e equivalentes de caixa | 21.306 | 26.706 |
| Saldo no final do exercício | 30.446 | 21.306 |
| Saldo no início do exercício | 9.140 | (5.400) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

| | 2016 | 2015 |
|--|----------|----------|
| Receitas | | |
| Serviços | 197.578 | 194.426 |
| Receitas extraordinárias | 1.178 | 1.186 |
| Outras receitas | 207 | 4.007 |
| Construções | 12.407 | 30.944 |
| Insumos adquiridos de terceiros | | |
| Materiais, energia, serviços de terceiros e outros | (33.011) | (52.185) |
| Custos contratuais da concessão | (6.968) | (7.149) |
| Custos construções | (12.407) | (30.944) |
| Valor adicionado bruto | 158.984 | 140.285 |
| Depreciação e amortização | (39.023) | (29.935) |
| Valor adicionado líquido produzido | 119.961 | 110.350 |
| Valor adicionado recebido em transferência | | |
| Receitas financeiras | 5.532 | 4.385 |
| Valor adicionado total a distribuir | 125.493 | 114.735 |
| Distribuição do valor adicionado | | |
| Pessoal e encargos | 21.396 | 19.703 |
| Remuneração direta | 14.278 | 13.249 |
| Benefícios | 3.963 | 3.645 |
| FGTS | 1.083 | 1.027 |
| Participações de empregados e dirigentes | 2.072 | 1.782 |
| Impostos, taxas e contribuições | 39.155 | 38.240 |
| Federais | 28.779 | 27.444 |
| Estaduais | 437 | 1.014 |
| Municipais | 9.939 | 9.782 |
| Remuneração de capitais de terceiros | 29.153 | 26.085 |
| Juros | 5.914 | 7.236 |
| Remuneração de debenturistas | 21.948 | 17.447 |
| Aluguéis | 1.291 | 1.402 |
| Remuneração de capitais próprios | 35.789 | 30.707 |
| Dividendos | 17.504 | 19.737 |
| Lucros retidos do exercício | 18.285 | 10.970 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações gerais

A Concessionária Rio -Teresópolis S.A. ("CRT" ou "Companhia") - foi constituída em 7 de novembro de 1995. Suas atividades compreendem, exclusivamente, a exploração da infraestrutura e prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias e ampliação do Sistema Rodoviário. A concessão, para exploração da Rodovia BR-116/RJ, no trecho Além Paraíba-Entroncamento BR-040(A) e respectivos acessos, na extensão de 142,5 km, pelo prazo de 25 anos, teve início em 22/03/1996, com término em 21/03/2021, sendo remunerada mediante cobrança de tarifa de pedágio e outras fontes de receitas, de acordo com os termos definidos no contrato de concessão.

A CRT foi constituída sob a forma de "sociedade anônima," com propósito específico - SPE, cuja vida útil está associada ao prazo determinado no contrato de concessão. A sede está localizada na Rodovia Santos Dumont (BR-116/RJ) S/Nº KM 133,5 - Praça de Pedágio Engenheiro Pierre Berman, Bongaba, Magé, RJ. A Companhia não possui ações negociadas em Bolsa de Valores. Seu principal acionista é Investimentos e Participações em Infraestrutura S/A - INVEPAR.

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações financeiras foi concedida pelo conselho de Administração da Companhia em 10 de março de 2017.

2. Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas Demonstrações Financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.1. Bases de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de outros ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

(a) Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, as normas editadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), bem como as orientações específicas emanada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - (ANTT).

(b) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB/CPC

a) Normas e interpretações em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016:

- IFRS 14 - Regulatory Deferral Accounts - aplicável apenas para as entidades que estão emitindo sua primeira demonstração anual em IFRS e permite, com algumas limitações, que a entidade mantenha a prática contábil do GAAP anterior com relação às contas regulatórias, na adoção inicial e demonstrações financeiras de anos subsequentes.
- Alterações no IFRS 11 - Contabilização para aquisições de participações em operações em conjunto (joint operations). Requer que um adquirente de participação de operação em conjunto, cuja atividade seja um negócio, conforme definido no IFRS 3, aplique os princípios contábeis do IFRS 3 e outras normas, exceto quando existir um conflito com o que dita o IFRS 11 e divulgue as informações requeridas pelo IFRS 3 e outros pronunciamentos sobre combinações de negócios. Aplicável tanto para aquisição inicial de participação em operação em conjunto, como para aquisição de participação adicional, neste último caso, o investimento mantido anteriormente não é remensurado.
- Alterações nos pronunciamentos IAS 16 e IAS 38, para clarificar os métodos de depreciação e amortização aceitos.
- Alterações nos pronunciamentos IAS 16 e IAS 41 para incluir o conceito de "bearer plants" no escopo do IAS 16, permitindo que tais ativos sejam contabilizados como imobilizado e mensurados depois do reconhecimento inicial pelo custo ou reavaliação de acordo com o que dita o IAS 16.

b) Normas e interpretações em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017:

- IFRS 15 - Revenue from Contracts with Customers - define 5 passos simples para ser aplicado aos contratos firmados com clientes para fins de reconhecimento de receita e divulgação. Substituirá os pronunciamentos atualmente em vigor sobre o assunto (IAS 18, IAS 11) e interpretações sobre o tema (IFRIC 13, IFRIC 15 e IFRIC 18).

A Companhia não adotou tal pronunciamento antecipadamente e está procedendo a sua análise sobre os impactos deste ou alterações em suas demonstrações financeiras.

2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo (três meses ou menos a contar da data de contratação) com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia.

2.3. Aplicação financeira

A Companhia classifica sua aplicação financeira pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos no período. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações são reconhecidos no resultado do exercício.

2.4. Créditos a receber

Os créditos a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela arrecadação de pedágio eletrônico, receitas alternativas, ou pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As receitas de pedágio eletrônico são registradas pelo valor da tarifa correspondente à categoria do veículo. Existem operações

da mesma natureza, porém, com empresa do mesmo grupo econômico. Os tratamentos de reconhecimento e mensuração não se diferem, exceto pela divulgação que compõe classificação específica de créditos a receber com partes relacionadas. A Administração não considera duvidosa a recuperação dos créditos, razão pela qual não constituiu provisão para perdas.

2.5. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor entre o valor de custo e o valor líquido de realização. O custo é determinado pelo método custo médio de aquisição. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração da Companhia.

2.



demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.10. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar, são apresentadas como passivo não circulante. Normalmente é reconhecida pelo valor da fatura correspondente a aquisição.

2.11. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na Demonstração do Resultado ou capitalizados durante a fase de construção, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.12. Tributações

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

| Nome do tributo | Sigla | Alíquotas |
|--|--------|--------------------|
| Contribuição para o Programa de Integração Social | PIS | 0,65 e 1,65% |
| Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social | COFINS | 3,00, 4,00 e 7,60% |
| Imposto Sobre Serviço | ISS | 5% |

A Companhia adota o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS sendo tais encargos apresentados como deduções de receita bruta na demonstração de resultado juntamente com o ISS.

a) Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro do período compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL), abrangendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro contábil ajustado), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro contábil ajustado (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses); e (ii) Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os impostos diferidos ativos e passivos sobre as diferenças temporárias foram constituídos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. As projeções para geração de lucro tributável futuro estão fundamentadas em estudo técnico de viabilidade aprovado pela Administração.

O valor contábil dos impostos diferidos é revisado em cada data do balanço e poderá ser baixado na medida em que não seja mais provável que lucros tributáveis estejam disponíveis para sua utilização. Os Impostos diferidos ativos são revisados trimestralmente. Os impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperado ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existir um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal que os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

2.13. Benefícios a empregados

Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em fórmula que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas após certos ajustes.

2.14. Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais, quando aplicável, diretamente atribuíveis à emissão de novas ações, são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

2.15. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma possa ser mensurada de forma confiável.

a) Receita de serviços

A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos, sendo registrada no momento da prestação dos serviços.

b) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta, exatamente, os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

c) Receita de construção

Adicionalmente, considerando que a atividade da Companhia é alcançada pela ICPC 01, está sendo registrada receita de construção de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 - Contratos de Construção e CPC 30 - Receitas. Dessa forma, a Companhia contabiliza receitas e custos relativos à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços, conforme destacado nas demonstrações de resultado. A Companhia entende que não há margem nas receitas de construção, uma vez que contrata de terceiros a totalidade das obras necessárias para o cumprimento de seus contratos, cabendo à CRT a operação e não a construção da infraestrutura de transportes.

2.16. Dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas Demonstrações Contábeis ao final do exercício, com base no estatuto social da mesma observada as antecipações. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral, mediante a recomendação/validação prévia do Conselho de Administração.

2.17. Lucro por ação

O lucro por ação é calculado com base no CPC 41. O cálculo do lucro básico por ação é efetuado através da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o mesmo período.

O lucro diluído por ação é calculado através do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais dilutivas em suas respectivas ações. Adicionalmente, a Companhia não possui instrumentos que poderiam diluir o lucro por ação.

Não houve outras transações envolvendo ações ou potenciais ações entre a data do balanço patrimonial e a data da conclusão destas demonstrações financeiras.

2.18. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às informações anuais tomadas em conjunto.

O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

a) Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

b) Estimativas e premissas

As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

b.1) Amortização do ativo intangível da concessão

No julgamento da administração, o método que melhor reflete o consumo do ativo intangível é o método de amortização linear. Assim, os valores registrados como ativo intangível de concessão, são amortizados ao longo do período do contrato de concessão.

b.2) Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia, quando aplicável, constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

b.3) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, este é determinado utilizando-se técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como por exemplo: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

b.4) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, fiscais e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais, e os montantes não cobertos pelas Apólices de Seguro, quando aplicável, em conformidade com o CPC 25.

b.5) Provisão para manutenção

A Companhia provisionou, quando aplicável, os gastos com manutenção pelo desgaste derivado do uso da infraestrutura, com base na melhor estimativa para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida de despesa do período para manutenção.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprevisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

3.1. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

3.2. Instrumentos financeiros

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar a fornecedores e empréstimos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os principais instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, créditos a receber, contas a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

b) Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

A Companhia avaliou seus ativos financeiros a valor justo por meio do resultado. Quando a Companhia não estiver em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos, e a intenção da Administração em vendê-los no futuro próximo sofrer mudanças significativas, a Companhia pode optar em reclassificar esses ativos financeiros em determinadas circunstâncias. A reclassificação para empréstimos e créditos a receber, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, depende da natureza do ativo. Essa avaliação não afeta quaisquer ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado utilizando a opção de valor justo no momento da apresentação.

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. A Companhia não possui passivos desta natureza.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio de resultado.

Empréstimos e financiamentos: após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

3.3. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados à aquisição, construção ou produção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

3.4. Contratos de concessão - ICPC 01

A Companhia contabiliza a execução do contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que especificam as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 não é registrada como ativo imobilizado das concessionárias porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo do respectivo contrato de concessão.

3.5. Gestão de risco financeiro

a) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Considerando que a Concessionária não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

O risco de taxa de juros decorre de empréstimos de longo prazo. A política da Companhia é a de manter o fluxo de empréstimos associado à taxa de juros fixa.

b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos, contas a receber de empresas de arrecadação automática de pedágio e instituições financeiras. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentemente classificadas com "rating" mínimo "A(bra)". Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela área financeira da Companhia. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo, em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do Balanço Patrimonial.

A Companhia investe o excesso de caixa em depósitos de curto prazo e títulos, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. A companhia não opera com derivativos. Na data do relatório, a Companhia mantém aplicações em certificados de depósito bancário (CDB) de R\$ 26.206 (R\$ 18.763 em 2015), dos quais se espera gerar prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no Balanço Patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

| | Menos de um ano | Entre um e dois anos | Entre dois e cinco anos | Acima de cinco anos |
|--|-----------------|----------------------|-------------------------|---------------------|
|--|-----------------|----------------------|-------------------------|---------------------|

| | | | | |
|--------------------------------------|-------|---|---|---|
| Em 31 de dezembro de 2016 | | | | |
| Fornecedores e outras contas a pagar | 2.806 | – | – | – |
| Garantias financeiras | – | – | – | – |

| | | | | |
|--------------------------------------|-------|---|---|---|
| Em 31 de dezembro de 2015 | | | | |
| Fornecedores e outras contas a pagar | 1.892 | – | – | – |
| Garantias financeiras | – | – | – | – |

| | Menos de um ano | Entre um e dois anos | Entre dois e cinco anos | Acima de cinco anos |
|--|-----------------|----------------------|-------------------------|---------------------|
|--|-----------------|----------------------|-------------------------|---------------------|

| | | | | |
|---------------------------|--------|--------|-------|---|
| Em 31 de dezembro de 2016 | | | | |
| Empréstimos | 18.548 | 12.649 | 7.378 | – |
| Garantias financeiras | – | – | – | – |

| | | | | |
|---------------------------|--------|--------|-------|---|
| Em 31 de dezembro de 2015 | | | | |
| Empréstimos | 21.954 | 37.033 | 1.099 | – |
| Garantias financeiras | – | – | – | – |

Do montante de R\$ 20.027 divulgados na Nota de Empréstimos de 2016, na coluna "Entre um e dois anos," dos quais R\$ 11.805 são de curto prazo, a Companhia pretende amortizar, aproximadamente R\$ 5.436 no primeiro trimestre de 2017.

3.6. Instrumentos financeiros e análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

(a) Considerações gerais

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado bem como na avaliação da situação econômico financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2016 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por disponibilidades e valores equivalentes, empréstimos e financiamentos, e obrigações com Poder Concedente. Os valores registrados se equivalem aos valores de mercado. Devido à alta liquidez e/ou curto prazo para amortização, o valor de mercado das disponibilidades, contas a receber, fornecedores e debêntures equivalem ao valor contábil.

(b) Análise de sensibilidade à variação da taxa de CDI

| Operação | Cenário provável | Cenário A 25% | Cenário B 50% |
|-------------------------------|------------------|---------------|---------------|
| Aplicação financeira | 29.894 | 29.894 | 29.894 |
| Taxa anual estimada do CDI | 14,00% | 10,50% | 7,00% |
| Efeito anual no caixa líquido | 4.185 | 3.139 | 2.093 |

A Companhia mantém parte substancial dos equivalentes a caixa indexada à variação do CDI.

(c) Análise de sensibilidade à variação da taxa de juros

(c.1) BNDES I

| Operação | Risco | Cenário provável | Cenário A 25% | Cenário B 50% |
|------------------------------|-------------|------------------|---------------|---------------|
| Passivos financeiros | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | | | | |
| BNDES Sub-Crédito A | TJLP + 1,8% | 2.637 | 2.657 | 2.677 |
| BNDES Sub-Crédito B | TJLP + 2,8% | 1.135 | 1.143 | 1.152 |
| BNDES Sub-Crédito C | TJLP + 1,8% | 3.912 | 4.004 | 4.096 |
| BNDES Sub-Crédito D | TJLP + 2,8% | 1.698 | 1.737 | 1.777 |

Referência para passivos

| | | | |
|-----------------------------|-------|-------|--------|
| financeiros TJLP (% ao ano) | 7,50% | 9,38% | 11,25% |
|-----------------------------|-------|-------|--------|

(c.2) BNDES II

| Operação | Risco | Cenário provável | Cenário A 25% | Cenário B 50% |
|--------------------------------------|--------------|------------------|---------------|---------------|
| Passivos financeiros | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | | | | |
| e financiamentos BNDES Automático | | | | |
| BNDES Sub-Crédito A | TJLP + 5,30% | 1.040 | 1.049 | 1.058 |
| Referência para passivos financeiros | | | | |
| TJLP (% ao ano) | | 7,50% | 9,38% | 11,25% |

| | | | | |
|---------------------|------------------|-----|-----|-----|
| BNDES Sub-Crédito B | UMBNDDES + 4,30% | 407 | 410 | 425 |
|---------------------|------------------|-----|-----|-----|

| | | | | |
|---------------------|------------------|-----|-----|-----|
| BNDES Sub-Crédito C | UMBNDDES + 4,30% | 808 | 814 | 843 |
|---------------------|------------------|-----|-----|-----|

| | | | | |
|--------------------------------------|--|-------|-------|-------|
| Referência para passivos financeiros | | | | |
| UMBNDDES (% ao ano) | | 5,49% | 6,86% | 8,24% |

(c.3) BNDES III

| Operação | Risco | Cenário provável | Cenário A 25% | Cenário B 50% |
|------------------------------|--------------|------------------|---------------|---------------|
| Passivos financeiros | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | | | | |
| BNDES Sub-Crédito A | TJLP + 1,89% | 21.839 | 22.352 | 22.864 |
| BNDES Sub-Crédito B | TJLP + 2,89% | 9.716 | 9.942 | 10.167 |

Referência para passivos financeiros

| | | | |
|-----------------|-------|-------|--------|
| TJLP (% ao ano) | 7,50% | 9,38% | 11,25% |
|-----------------|-------|-------|--------|

(d) Taxas de câmbio

A Companhia não possui operações de câmbio, exceto pela variação da UMBNDDES (bolsa de moedas) citado acima.

(e) Derivativos

No período encerrado em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos.

(f) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e debenturistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever, momentaneamente, a política de pagamento de dividendos e remuneração de debenturistas. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Em 2016, a Companhia revisou a estratégia em relação à de 2015, flexibilizando o índice de



A CRT mantém Convênio Especial de Cooperação Técnica com a ANTT para a realização de serviços, estudos e pesquisas concernentes às diversas áreas da engenharia rodoviária, como também para troca de experiências e informações técnicas com os organismos nacionais e internacionais, em congressos, reuniões técnicas, cursos e desenvolvimento de trabalhos conjuntos. Pelo convênio, a Companhia pode destinar até 0,25% da receita prevista no contrato de concessão, sendo anual a sua utilização.

A tarifa básica de pedágio está sujeita aos termos do Contrato de Concessão, sendo reajustada anualmente mediante utilização de fórmula própria, constante do referido contrato, podendo ser revisado em outro momento, de modo a assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Em 27 de agosto de 2012 foi assinado quarto aditivo ao contrato de concessão, com a adoção do fluxo de caixa marginal para as novas obras (não previstas no PER), além da adoção do IPCA em substituição à fórmula paramétrica, originariamente prevista no contrato de concessão.

A CRT, até a presente data, tem realizado os investimentos e trabalhos constantes do Contrato de Concessão e do Programa de Exploração da Rodovia (PER) dentro do cronograma físico-financeiro estabelecido pelo DNER, atual ANTT, não prevendo mudanças nesse aspecto.

No Programa de Exploração da Rodovia - PER, estão previstos investimentos no montante de R\$ 126.256, como segue (dados em milhares de reais):

| | 2017 | 2018 | 2019 a 2021 | Total |
|---------------------|--------|--------|-------------|---------|
| Investimentos - PER | 56.287 | 32.592 | 37.377 | 126.256 |

Tais investimentos estão condicionados a autorização prévia da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que estabelece o cronograma dos investimentos que deverão ser efetuados, bem como autoriza o respectivo repasse na tarifa para manter o equilíbrio econômico do contrato. Essa avaliação é feita anualmente.

5. Caixa e equivalentes de caixa

| | 2016 | 2015 |
|--|--------|--------|
| Caixa e Bancos : | 4.240 | 2.543 |
| Aplicações Financeiras de curto prazo: | | |
| Banco Votorantim S.A. | 4.338 | 3.884 |
| Caixa Econômica Federal | 21.868 | 12.119 |
| Banco ABC Brasil S.A | - | 2.760 |
| | 26.206 | 18.763 |
| | 30.446 | 21.306 |

As aplicações financeiras realizadas em Certificados de Depósitos Bancários - CDB, com insignificante risco de mudança de valor e com prazo de vencimento de até três meses da data da contratação, com rendimentos entre 90% e 101,8% do CDI. O valor aplicado, acrescido dos rendimentos se equipara ao seu valor de mercado.

6. Aplicações financeiras

| | 2016 | 2015 |
|------------------------|-------|-------|
| Aplicações Financeiras | 3.688 | 3.278 |
| Total não circulante | 3.688 | 3.278 |

O ativo financeiro compreende aplicação em CDB com rendimento diário a um percentual do CDI, à taxa de referência do mercado de juros, vinculada ao contrato do BNDES firmado em dezembro de 2013, para garantia de pagamento do principal e dos juros contratados.

7. Créditos a receber

| | 2016 | 2015 |
|--------------------|--------|-------|
| Pedágio eletrônico | 10.663 | 8.345 |
| Vale Pedágio | 931 | 886 |
| Outros | 14 | 3 |
| Total | 11.608 | 9.234 |

A Companhia vem operando desde o ano 2009 com o sistema de cobrança eletrônica de pedágio Via Fácil e 2011, com o sistema de vale pedágio DBTRANS. Além desses, a Companhia opera ainda com o pedágio eletrônico Auto Expresso, Conectcar, Move Mais, vale pedágio Visa Vale e PEX - Passe Expresso. Este último incluído na Nota 8, por se tratar de créditos a receber de partes relacionadas. Os valores repassados pelas administradoras são recebíveis da Via fácil em 45 dias, DBTRANS em 30 dias, Auto expresso em 30 dias, Conectcar em até 60 dias, Move Mais em até 30 dias, Visa Vale em 30 dias e PEX em até 60 dias, subsequentes ao mês de registro da passagem pelo usuário sem a incidência de juros. A comissão sobre esta operação é cobrada diretamente do usuário.

A Companhia não registra provisão para devedores duvidosos em virtude de não existir expectativa e/ou histórico de perdas significativas com estes créditos. Em 31 de dezembro de 2016, não há valores significativos em atraso.

8. Créditos a receber de partes relacionadas

| | 2016 | 2015 |
|----------------------|------|------|
| PEX - Passe Expresso | 474 | 931 |
| Total | 474 | 931 |

Referem-se aos valores a receber referentes aos serviços de cobrança eletrônica de pedágio prestados pela PEX - Passe Expresso, que é controlada pela INVEPAR. Os valores relativos a essa operação são recebíveis em até 30 dias, subsequentes ao mês do registro da passagem pelo usuário. Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, os saldos de partes relacionadas estão representados por valores a vencer e não há provisão para devedores duvidosos em virtude de não existir expectativa e/ou histórico de perdas significativas com estes créditos.

Em 10 de dezembro de 2016 a operadora PEX – Passe Expresso comunicou o encerramento de suas atividades recomendando a migração para as demais fornecedoras de meio de pagamento automático disponíveis no mercado aos usuários. A operadora esteve em operação na rodovia desde o terceiro trimestre de 2013.

Abaixo se encontra o total da receita com a PEX – Passe Expresso.

| | 2016 | 2015 |
|----------------------|-------|-------|
| PEX - Passe Expresso | 7.579 | 8.020 |
| Total | 7.579 | 8.020 |

Todas as transações com partes relacionadas são realizadas em condições compatíveis com as condições de mercado e são previamente aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia. As informações sobre a remuneração do pessoal chave da Companhia estão descritas na Nota 24.

9. Estoques

| | 2016 | 2015 |
|---------------|------|------|
| Almoxarifado | 730 | 511 |
| Matéria-prima | 157 | 127 |
| Total | 887 | 638 |

Os estoques representam aquisições destinadas ao uso e consumo de materiais administrativos e os aplicados na manutenção da rodovia.

10. Impostos, taxas e contribuições

a) Impostos a recuperar

| | 2016 | 2015 |
|--|-------|------|
| Imposto de Renda e Contribuição Social | 3.463 | 189 |
| PIS e COFINS | 340 | 335 |
| ISS | 7 | 29 |
| Circulante | 3.810 | 553 |

b) Impostos, taxas e contribuições a recolher

| | 2016 | 2015 |
|--|-------|-------|
| Imposto de Renda e Contribuição Social | 63 | 650 |
| PIS e COFINS | 880 | 776 |
| ISS | 1.235 | 1.029 |
| ICMS | 28 | 37 |
| IRRF | 18 | 23 |
| Circulante | 2.224 | 2.515 |

c) Impostos de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

A Companhia, de acordo com o CPC 32 - Impostos sobre o lucro, é fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, aprovado pela Administração, e reconhece quando aplicável, créditos tributários. O valor contábil do ativo e passivo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas pelo menos anualmente. Quando existem fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções, as mesmas são revisadas em períodos menores. O quadro abaixo apresenta a composição do imposto de renda e contribuição social diferidos:

| | 2016 | | | 2015 | | |
|--|-------|-------|---------|-------|-------|-------|
| | IRPJ | CSLL | Total | IRPJ | CSLL | Total |
| Ativo | | | | | | |
| IR e CSLL diferidos s/ Prov. Custo Manutenção | 349 | 126 | 475 | 376 | 134 | 510 |
| IR e CSLL diferidos s/ Prov. Riscos | 2.321 | 836 | 3.157 | 4.590 | 1.558 | 6.148 |
| IR e CSLL diferidos s/ Ajuste a Valor Justo Debêntures | 1.059 | 382 | 1.441 | 715 | 257 | 972 |
| IR e CSLL diferidos s/ Contingência Tributária | 260 | - | 260 | - | - | - |
| Ativo não circulante | 3.989 | 1.344 | 5.333 | 5.681 | 1.949 | 7.630 |
| Passivo | | | | | | |
| IR e CSLL diferidos Receita Financeira | 953 | 343 | 1.296 | 1.196 | 431 | 1.627 |
| IR e CSLL diferidos Amortização Intangível | 2.031 | 731 | 2.762 | 2.514 | 905 | 3.419 |
| IR e CSLL diferidos s/ Reembolso | 996 | 358 | 1.354 | 995 | 358 | 1.353 |
| IR e CSLL diferidos s/ Ajuste a Valor Justo Debêntures | 836 | 301 | 1.137 | 836 | 301 | 1.137 |
| Passivo não circulante | 4.816 | 1.733 | 6.549 | 5.541 | 1.995 | 7.536 |
| Imposto diferido líquido ativo (passivo) | (827) | (389) | (1.216) | 140 | (46) | 94 |

As projeções de realizações dos impostos diferidos são as seguintes:

| | 2016 | 2015 |
|--|---------|-------|
| Ativo diferido | | |
| Ativo diferido a ser recuperado em até 12 meses | 3.868 | 6.235 |
| Ativo diferido a ser recuperado após 12 meses | 1.465 | 1.395 |
| | 5.333 | 7.630 |
| Passivo diferido | | |
| Passivo diferido a ser realizado em até 12 meses | 1.541 | 1.311 |
| Passivo diferido a ser realizado após 12 meses | 5.008 | 6.225 |
| | 6.549 | 7.536 |
| | (1.216) | 94 |

Imposto diferido líquido ativo (passivo)

d) Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

| | 2016 | 2015 |
|--|-----------------|-----------------|
| Lucro antes da tributação | 54.131 | 47.852 |
| IR e CS sobre lucro líquido | (18.404) | (16.269) |
| Despesas não dedutíveis diversas | (6.312) | (11.106) |
| Exclusões permanentes diversas | 4.688 | 10.608 |
| Incentivos fiscais | 477 | 514 |
| Efeitos adoção inicial Lei 12.973 para concessionárias | 953 | (1.771) |
| Ajustes IRPJ e CSLL exercícios anteriores | 232 | 855 |
| Outros | 24 | 24 |
| IR e CS totais | (18.342) | (17.145) |
| Corrente | (17.032) | (20.077) |
| Diferido | (1.310) | 2.932 |

e) Considerações sobre Lei 12.973/14

Em 1º de janeiro de 2015 entrou em vigor a Lei 12.973/14, tendo em vista que a Companhia decidiu não antecipar os efeitos desta lei em 2014, a partir de 2015, foram abertas as subcontas para registro das diferenças positivas e negativas entre os valores dos ativos mensurados conforme a legislação societária e os valores mensurados de acordo com os critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007 (RTT), para que o efeito tributário desses ajustes, seja dado a medida da realização desses ativos. Entretanto, a companhia adota as medidas necessárias em observância as regras especiais, contidas nos arts. 174 e 175, da Instrução Normativa 1.515/2014, nos casos de contratos de concessão de serviços públicos.

11. Imobilizado

| | Equipamentos e Instalações | Computadores e Periféricos | Móveis e Utensílios | Veículos | Outros Imobilizados ¹ | Total |
|----------------------------------|----------------------------|----------------------------|---------------------|------------|----------------------------------|--------------|
| Em 1º de janeiro de 2015 | | | | | | |
| Saldo inicial | 2.155 | 68 | 277 | 629 | 2.692 | 5.821 |
| Aquisições | 321 | 215 | 18 | 6 | 1.021 | 1.581 |
| Transferências | 1.875 | 15 | (3) | 3 | (1.890) | - |
| Baixas | (383) | (133) | (46) | - | - | (562) |
| Depreciação | (326) | (219) | (47) | (179) | (35) | (806) |
| Baixas | 224 | 133 | 46 | - | - | 403 |
| Saldo contábil líquido | 3.866 | 79 | 245 | 459 | 1.788 | 6.437 |
| Em 31 de dezembro de 2015 | | | | | | |
| Custo | 6.013 | 922 | 473 | 954 | 2.136 | 10.498 |
| Depreciação acumulada | (2.147) | (843) | (228) | (495) | (348) | (4.061) |
| Saldo contábil líquido | 3.866 | 79 | 245 | 459 | 1.788 | 6.437 |
| Em 1º de janeiro de 2016 | | | | | | |
| Saldo inicial líquido | 3.866 | 79 | 245 | 459 | 1.788 | 6.437 |
| Aquisições | 111 | 291 | 18 | 817 | 733 | 1.970 |
| Transferências | 293 | (40) | - | - | (253) | - |
| Baixas | (16) | (38) | - | (441) | - | (495) |
| Depreciação | (770) | (135) | (40) | (200) | (15) | (1.160) |
| Baixas | 12 | 11 | - | 294 | - | 317 |
| Saldo contábil líquido | 3.496 | 168 | 223 | 929 | 2.253 | 7.069 |
| Em 31 de dezembro de 2016 | | | | | | |
| Custo | 6.401 | 1.134 | 492 | 1.330 | 2.616 | 11.973 |
| Depreciação acumulada | (2.905) | (966) | (269) | (401) | (363) | (4.904) |
| Saldo contábil líquido | 3.496 | 168 | 223 | 929 | 2.253 | 7.069 |

¹ Referem-se as Imobilizações em andamento; Prédios e benfeitorias; Terrenos; Ferramentas e Software Business Intelligence.

Os itens de ativo imobilizado referem-se a ativos que não estão vinculados diretamente a concessão. Anualmente, a Companhia avalia se existem evidências de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação e, quando aplicável, realiza teste de recuperação dos mesmos. Não foi identificada a necessidade de provisão para redução do saldo contábil ao seu valor de realização em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

12. Intangível

| | Infraestrutura | | | | Marcas e Patentes | | Software | Total |
|----------------------------------|----------------|---------------|----------------|---------------|-------------------|------------|----------------|-------|
| | Recuperação | Operação | Melhoramentos | Outros (*) | - | + | | |
| Em 1º de janeiro de 2015 | | | | | | | | |
| Custo | 140.220 | 25.347 | 191.749 | 26.126 | 53 | 489 | 383.984 | |
| Amortização acumulada | (78.534) | (14.025) | (84.148) | - | (48) | (316) | (177.071) | |
| Saldo contábil líquido | 61.686 | 11.322 | 107.601 | 26.126 | 5 | 173 | 206.913 | |
| Em 31 de dezembro de 2015 | | | | | | | | |
| Saldo inicial | 61.686 | 11.322 | 107.601 | 26.126 | 5 | 173 | 206.913 | |
| Aquisições | 2.481 | 120 | 576 | 30.944 | - | 214 | 34.335 | |
| Transferências | 40.681 | 1.276 | 8.237 | (50.194) | - | - | - | |
| Baixas | - | | | | | | | |



Composição e movimentação do saldo

| | Saldo Inicial | | | Provisões | Saldo Final |
|--------------------|----------------------|----------------|---------------|-------------------|--------------------|
| | 31.12.2015 | Adições | Baixas | Revertidas | 31.12.2016 |
| Trabalhistas | 1.404 | 972 | (120) | (486) | 1.770 |
| Cíveis | 15.916 | 142 | (190) | (8.352) | 7.516 |
| Valor Provisionado | 17.320 | 1.114 | (310) | (8.838) | 9.286 |

Houve uma redução na contingência cível, na importância de R\$ 8.352, sendo R\$ 7.341 em função da liquidação provisória dos valores envolvidos em ação ajuizada por Jailson Bispo Ferreira em desfavor da CRT, por atropelamento de animal de grande porte no ano de 2000. A análise de impacto é limitada considerando que a ação está garantida por apólice de seguro, ressalvado o valor da franquia.

O valor atualmente registrado a título de provisão corresponde a R\$ 6.371, dos quais, parte está coberta por apólice emitida pela seguradora Bradesco Seguros, no valor histórico de R\$ 3.981, e está registrado no ativo não circulante. A Companhia possui indenizações a receber referentes a danos ocorridos em rodovias, principalmente decorrentes de estabilização de encostas, que estão cobertas no seguro. O valor a receber da seguradora totaliza R\$ 2.164 e está registrado no ativo circulante.

As demais reversões (R\$ 1.011) referem-se às provisões sobre processos julgados improcedentes ou extintos e a reavaliações de provisões antes consideradas como prováveis para possíveis.

a) Processos cíveis

Os principais litígios cíveis, considerados como perda provável, envolvendo a Companhia referem-se, basicamente, aos seguintes aspectos:

(i) *Indenização por danos materiais e morais resultantes de acidentes ocorridos na rodovia* – Ações de indenização ajuizadas por usuários da rodovia, em função de danos materiais e morais causados por acidentes, inclusive com vítimas fatais. Cabe ressaltar que a Companhia, além de constituir provisão, possui seguro de Responsabilidade Civil e Danos Morais para cobertura de tais eventos. Os valores provisionados compreendem a franquia prevista na apólice de seguro e as causas prováveis que não possuem cobertura.

(ii) *Ação cível pública nulidade do contrato* – Anulação do Contrato de Concessão, por meio de ações populares, sob a alegação de ilegalidades e de que o lucro obtido pela Companhia com a exploração da Concessão não estaria sendo acompanhado de melhorias na Rodovia. Em 27 de outubro de 2011, o Juízo julgou improcedente a presente ação, não tendo acolhido a tese autoral.

Em 04 de agosto de 2015, foi publicada decisão do TRF-2ª Região, que julgou a ação popular e as apensadas. A CRT obteve êxito total em três delas, desonerando-a da indenização por danos materiais e morais, bem como da isenção de cobrança do pedágio na praça PN-2, localizada no Km 71 da rodovia.

Quanto à ação popular, o TRF-2ª Região entendeu em reformar, por maioria, a sentença de primeiro grau que havia julgado improcedente o pedido de anulação do contrato de concessão.

A CRT recorreu da referida decisão judicial a fim de assegurar seus direitos e proteger sua gestão de vinte anos da concessão em vigor, bem como adotará os procedimentos processuais cabíveis para reverter tal decisão, até seu trânsito em julgado.

(iii) *Ações de desapropriação* – Ações de desapropriação junto com o Poder Concedente de áreas declaradas de utilidade pública, visando à construção de instalações, tal como a de um Posto de Pesagem Fixa, no valor aproximado de R\$ 912. A maioria das áreas está situada nos municípios de Teresópolis e Magé.

b) Processos trabalhistas

A maioria das causas é oriunda de contratos de subempreiteiras, cujo desfecho tem sido favorável à CRT, penalizando apenas o real empregador.

Adicionalmente, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, a Companhia possui o montante de aproximadamente, R\$ 13.778 em dezembro de 2016, referente a processos trabalhistas, cíveis e fiscais, cujos riscos de perda foram considerados possíveis, os quais não foram considerados para fins de provisão, conforme composição e estimativa a seguir:

| | 2016 | 2015 |
|--------------|---------------|---------------|
| Trabalhistas | 1.918 | 1.309 |
| Cíveis | 11.682 | 8.579 |
| Fiscais | 178 | 108 |
| | 13.778 | 10.066 |

17. Provisão para manutenção

A Companhia constitui provisão para grandes manutenções, quando aplicável, conforme determinado pelo ICPC 01 e com base no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Tal provisão tem o objetivo de mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A composição dos saldos da provisão para manutenção em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 são:

| | Saldo Inicial | | Saldo Final |
|--------------------------|----------------------|-------------------|--------------------|
| | 31.12.2015 | Realização | 31.12.2016 |
| Provisão para manutenção | 1.504 | (330) | 1.174 |
| Provisão de curto prazo | 255 | - | 177 |
| Provisão de longo prazo | 1.249 | - | 997 |

Provisão para manutenção

Provisão de curto prazo

Provisão de longo prazo

18. Debêntures

As Assembleias Gerais Extraordinárias da Companhia realizadas em 27 de agosto de 2001, 05 de novembro de 2001 e 05 de dezembro de 2001, deliberaram pela 1ª emissão pública de debêntures da Companhia, tendo tal emissão sido aprovada pela CVM em 26 de dezembro de 2001, com as seguintes características resumidas:

1) Forma e espécie: Escriturais, nominativas, em conta de depósito em nome de seus titulares, não tendo garantias pessoais, reais ou flutuantes, e serão subordinadas aos demais credores da Companhia.

2) Quantidade de títulos: 23.100 debêntures simples, referentes à 1ª emissão.

3) Valor da emissão (em R\$): A presente emissão tem o valor total, valor nominal e prêmio de emissão, de R\$ 62.963, na data de emissão.

4) Data de emissão: 31 de dezembro de 2001.

5) Valor nominal (em R\$): (Cláusula 2.8): As debêntures têm valor nominal unitário de R\$ 0,56055, na data de emissão, perfazendo o valor nominal total de R\$ 12.949.

6) Prêmio de emissão (em R\$): (Cláusula 2.9): As debêntures foram emitidas com prêmio unitário de R\$ 2,16513 na data de emissão, perfazendo o total de R\$ 50.014.

7) Vencimento final: (Cláusula 2.18): **Vencimento:** Conforme facultado pelo art. 55, § 3º da Lei nº 6.404/76, as Debêntures somente vencerão quando da dissolução ou liquidação da EMISSORA, por qualquer razão, ressalvado o disposto no item 2.21.

8) Vencimento Antecipado: Cláusulas 2.19 e 2.20):

2.19 – Vencimento Antecipado. Na hipótese de dissolução da Emissora ou descumprimento das obrigações previstos na Cláusula 2.16, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas as Debêntures. Todavia, tal declaração de vencimento antecipado será vedada ao Agente Fiduciário caso o inadimplemento, pela Emissora, das obrigações previstas na Cláusula 2.16 decorrer do fato de tais obrigações serem incompatíveis: (i) com a disponibilidade financeira da Emissora (desde que, nesta hipótese, o inadimplemento pela Emissora das obrigações previstas na Cláusula 2.16 não ocorra por período superior a três exercícios sociais consecutivos); e/ou (ii) com os compromissos contratuais e/ou de investimentos da Emissora decorrentes do Contrato de Financiamento e/ou do Contrato de Concessão.

2.20 – Na hipótese de vencimento antecipado das Debêntures, conforme disposto na Cláusula 2.19 acima, a EMISSORA pagará aos detentores das Debêntures, à época em circulação, o valor nominal das Debêntures, corrigido de acordo com a variação do Índice Geral de Preços de Mercado auferido pela Fundação Getúlio Vargas ("IGPM"), ou, na extinção ou invalidação deste, por qualquer outro índice que venha, de modo mais similar ao IGP-M, resguardar o valor econômico do valor nominal das Debêntures.

9) Convertibilidade: (Cláusula 2.11.1.) Os detentores das Debêntures poderão solicitar a conversão de suas Debêntures em ações preferenciais da Emissora a partir de 15 de maio de 2002, observando o disposto nas Cláusulas 2.11.4, 2.11.8 e 2.11.10 desta Escritura.

(Cláusula 2.11.4): Aberto o prazo na forma do item 2.11.1 supra, a conversão de Debêntures em ações da EMISSORA deverá ser realizada até 30 (trinta) dias antes de 22 de março de 2021, data do término da concessão outorgada à EMISSORA, conforme Contrato de Concessão de Serviço Público Precedido de Obra Pública entre a União, por Intermédio do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, e a Concessionária Rio-Teresópolis S.A., datado de 22 de novembro de 1995 ("Contrato de Concessão").

(Cláusula 2.11.5.) Cada uma das Debêntures será conversível em 4,1225 novas ações preferenciais classe A, sem direito a voto, nominativas e sem valor nominal, representativas do capital social da EMISSORA, com as mesmas características das ações preferenciais classe A previstas no Estatuto Social da Emissora na data de assinatura da presente Escritura. Caso a conversão das Debêntures resulte em número fracionário de ação, a parcela correspondente a tal fração será devida em moeda corrente nacional, na data da solicitação de conversão, devendo o pagamento ser realizado até o 5º dia útil subsequente à data de conversão, tendo por base o valor patrimonial da ação. Quando o somatório das frações oriundas de conversões de cada debenturista for superior a 1 (uma) ação, este não mais terá direito ao pagamento em moeda corrente nacional da fração que exceder a 1(uma) ação.

(Cláusula 2.11.7): As debêntures poderão ser convertidas em ações preferenciais classe A da Companhia, nos termos e condições constantes da escritura e no prospecto de Emissão.

As ações preferenciais classe A da EMISSORA que forem emitidas em decorrência da conversão terão os mesmos direitos, preferências e vantagens estatutariamente garantidos às ações preferenciais classe A previstas no Estatuto Social da Emissora na data de assinatura da presente Escritura e farão jus a todos os dividendos, bonificações e demais vantagens que venham a ser declarados em atos societários da EMISSORA a partir da data da solicitação de conversão pelo Debenturista, ressalvado, porém, que as ações preferenciais classe A resultantes da conversão de Debêntures participarão em dividendos que venham a ser distribuídos relativamente a lucros apurados no exercício social no qual ocorreu a conversão, pro rata temporis, com base no período de tempo compreendido entre a data de conversão e o término do exercício social.

10) Destinação dos Recursos: (Cláusula 2.12): Destinação dos Recursos: Os recursos captados pela EMISSORA em decorrência da presente emissão serão integralmente destinados da seguinte forma: (i) até R\$ 12.948.705,00 (doze milhões, novecentos e quarenta e oito mil, setecentos e cinco reais) para liquidação de obrigações contratuais da Emissora; e (ii) o saldo remanescente será utilizado para o resgate, sem redução de capital, à conta de reserva de capital a ser formada com o prêmio de emissão das Debêntures, de 92.400 (noventa e duas mil e quatrocentas) ações preferenciais classe A representativas do capital social da EMISSORA, perfazendo o preço de resgate máximo total de R\$ 50.014.503,00 (cinquenta milhões, quatorze mil, quinhentos e três reais).

(Cláusula 2.12.2): A EMISSORA obriga-se a resgatar as ações preferenciais classe A de sua emissão, conforme descrito na Cláusula 2.12 acima, em até 30 (trinta) dias úteis após a publicação do Anúncio de Encerramento de Distribuição ou em até 10 (dias) anteriores a distribuição de participação nos lucros da Companhia referente ao 3º trimestre de 2002, prevalecendo a data que ocorrer primeiro.

11) Remuneração: (Cláusula 2.16): Participação nos Lucros: Cada Debênture terá direito à participação nos lucros da EMISSORA, a ser paga sob as mesmas condições e até a data do efetivo pagamento pela EMISSORA de qualquer dividendo, bonificação em dinheiro ou qualquer outra vantagem pecuniária que venha a ser atribuída pela EMISSORA a seus acionistas, inclusive a título de juros sobre capital próprio, resgate ou amortização de ações, com a única ressalva do disposto na Cláusula 2.17 desta Escritura.

(Cláusula 2.16.1): Para fins dos dispostos na Cláusula 2.16 acima, as distribuições de dividendos e participação nos lucros da Emissora, que ocorrerem durante o prazo de colocação das Debêntures e anteriormente ao efetivo resgate das ações preferenciais classe A da Emissora, conforme Cláusula 2.12.2 acima, terão por base o número de ações no qual o capital social da Emissora restaria dividido se, cumulativamente: (a) o resgate das ações preferenciais classe A de emissão da Companhia já houvesse sido efetuado na forma originalmente prevista pela Cláusula 2.12 da Escritura de Emissão; e (b) todos os debenturistas tivessem convertido suas debêntures em ações preferenciais classe A da Emissora.

(Cláusula 2.14): **Remuneração:** A remuneração das Debêntures será exclusivamente aquela estabelecida na Cláusula 2.16 infra, não fazendo jus a juros ou a qualquer outra remuneração, fixa ou variável.

12) Compromisso de Distribuição: (Cláusula 2.17): A Emissora distribuirá a seus acionistas e aos Debenturistas, no conjunto, uma quantia global correspondente a, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do que teria sido - após a compensação de prejuízos acumulados e da provisão para o pagamento do imposto de renda, da contribuição social sobre o lucro e de qualquer outro tributo que venha a ser criado - o seu lucro líquido no exercício, com os ajustes do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e observado o disposto no parágrafo 5º do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. As distribuições a que se refere esta Cláusula serão realizadas trimestralmente, por conta da distribuição anual, que será por ocasião da aprovação do balanço de cada exercício social, respeitadas as determinações legais e a disponibilidade financeira e/ou compromissos contratuais ou de investimentos da Emissora.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2005, decidiu-se, após aprovação em Assembleia Geral dos Debenturistas, alterar o fator de convertibilidade das debêntures para 4,1225 ações preferenciais por debênture e o fator de remuneração para 4,1180175 por debênture.

As debêntures conversíveis representam um instrumento financeiro composto em conformidade com a essência dos termos contratuais e as definições do CPC 39.AG30 & AG31, por conter as características de patrimônio líquido e de dívida. A opção de conversão que está embutida nas debêntures conversíveis e cujo valor justo na data de emissão corresponde ao prêmio das opções constitui um instrumento patrimonial, em aplicação do CPC 39.

Com relação à mensuração subsequente do instrumento patrimonial (opção de conversão) a Companhia atende ao CPC 39 que indica que as alterações de valor justo de instrumentos patrimoniais não devem ser reconhecidas nas demonstrações contábeis.

Colocação das debêntures

Do total ofertado, foram colocadas junto a investidores 13.680 debêntures, que vêm fazendo jus ao recebimento da participação nos resultados, prevista na Escritura de Emissão, entretanto, as demais debêntures não vendidas (9.420) foram canceladas, no término do prazo de colocação.

As condições completas da Escritura de Debêntures e seus aditivos estão disponíveis no site da Companhia para consulta dos investidores, no endereço www.crt.com.br, na seção de relação com investidores.

Quadro resumo

| Debêntures emitidas | Quantidade | Valor nominal | Valor nominal | Valor unitário | Valor do | Total |
|-----------------------|------------|---------------|---------------|----------------|----------------|--------|
| | | - unitário | total | do prêmio | prêmio - total | geral |
| | 23.100 | 0,56055 | 12.949 | 2,16513 | 50.014 | 62.963 |
| Debêntures canceladas | Quantidade | Valor nominal | Valor nominal | Valor unitário | Valor do | Total |
| | | - unitário | total | do prêmio | prêmio - total | geral |
| | 9.420 | 0,56055 | 5.280 | 2,16513 | 20.396 | 25.676 |
| Debêntures em vigor | Quantidade | Valor nominal | Valor nominal | Valor unitário | Valor do | Total |
| | | unitário | total | do prêmio | prêmio - total | geral |
| | 13.680 | 0,56055 | 7.668 | 2,16513 | 29.619 | 37.287 |

O valor nominal total, de R\$ 7.668, corresponde ao compromisso da Companhia com os debenturistas, em caso da não conversão das debêntures.

O valor desta obrigação está sendo reconhecido no balanço patrimonial pelo seu custo amortizado. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia provisionou o valor de R\$ 21.948 correspondente à remuneração dos debenturistas.

O quadro abaixo demonstra a movimentação da remuneração das debêntures:

| | Saldo Inicial | | Saldo Final |
|--|----------------------|----------------|--------------------|
| | 31.12.2015 | Adições | 31.12.2016 |
| | 5.770 | 21.948 | (15.913) |
| | 5.770 | 21.948 | 11.805 |

Debêntures

Valor Provisionado

19. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social é de R\$ 86.000, dividido em 48.786 ações ordinárias e 37.680 ações preferenciais classe A sem direito a voto, totalizando 86.466 ações, todas nominativas e sem valor nominal.

A composição acionária da Companhia está assim constituída:

| | ON | % | 2016 | | 2015 | |
|--|---------------|------------|---------------|------------|---------------|------------|
| | | | PN | % | Total | % |
| Investimento e Participações em Infraestrutura | | | | | | |
| S/A - INVEPAR | 17994 | 36,88 | 3.550 | 9,42 | 21.544 | 24,92 |
| CCNE Carioca Concessões S/A | 10.264 | 21,04 | 8.202 | 21,77 | 18.466 | 21,36 |
| ROAD Participações em Concessionárias Ltda. (1) | 8.569 | 17,57 | 5.800 | 15,40 | 14.369 | 16,62 |
| Queiroz Galvão Logística S.A. | 10.264 | 21,04 | - | - | 10.264 | 11,87 |
| Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S/A (2) | - | - | 8.201 | 21,76 | 8.201 | 9,48 |
| CRT - Fundo de Investimento em Participações | - | - | 9.526 | 25,28 | 9.526 | 11,02 |
| M&G. Consultoria e Participações Ltda | - | - | 711 | 1,89 | 711 | 0,82 |
| CREDICOM Comercial Inf. e Serviços Ltda. | 625 | 1,28 | 588 | 1,56 | 1.213 | 1,40 |
| ERG Participações Ltda. | 1.070 | 2,19 | 1.102 | 2,92 | 2.172 | 2,51 |
| Total | 48.786 | 100 | 37.680 | 100 | 86.466 | 100 |

(1) e (2) Em agosto de 2016, a Road Participações em Concessionárias LTDA e a Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S.A. sucederam a Strata Construções e Concessionárias Integradas S/A e Construtora Queiroz Galvão S.A. respectivamente, mantendo-se as participações acionárias.

b) Dividendo

É assegurado aos acionistas da Companhia dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma legal. Segundo o estatuto social, a Companhia levantará balanço trimestral e balanço semestral e poderá, por deliberação do Conselho de Administração, declarar a distribuição de dividendo com base nos lucros apurados nesses balanços, observado o disposto em lei.

Consta também no estatuto social que o dividendo intermediário será sempre considerado como antecipação do dividendo obrigatório.

O total de dividendos provisionado foi calculado como segue:

| | 2016 | 2015 |
|---------------------------------------|-------------|-------------|
| Lucro líquido do período | 35.789 | 30.707 |
| Reserva legal | (1.789) | (1.535) |
| Base de cálculo | 34.000 | 29.172 |
| Percentual do dividendo | 25% | 25% |
| Valor do dividendo mínimo obrigatório | 8.500 | 7.293 |
| Dividendo adicional pago | 9.004 | 12.444 |
| Dividendo adicional proposto | 14.456 | 3.636 |
| Total de dividendos | 31.960 | 23.373 |

O estatuto da Companhia prevê dividendos mínimos obrigatórios de 25% sobre o lucro ajustado. Para 2016, a distribuição atribuída é 100% sobre o lucro ajustado. O quadro acima demonstra os dividendos mínimos obrigatórios, o dividendo adicional pago e o dividendo adicional proposto.

Abaixo demonstramos a movimentação dos dividendos no período:

| | Saldo Inicial | | Saldo Final |
|--------------------------------------|----------------------|-------------------|--------------------|
| | 31.12.2015 | Atribuídos | 31.12.2016 |
| Dividendo mínimo obrigatório a pagar | 6 | - | 6 |
| Dividendo de exercício anterior | - | 5.668 | (5.668) |
| Dividendo proposto | - | 17.504 | (17.504) |
| Total de dividendos | 6 | 23.172 | 6 |

c) Reservas

c.1) Reserva de ágio

Referente a ágio apurado na emissão de ações.

c.2) Reserva para aumento de capital.

Constituída com o fim específico de manter a paridade de 20% entre os investimentos realizados e o capital social, conforme consta no contrato de concessão.

c.3) Reserva legal

Constituída à razão de 5% sobre o lucro líquido do exercício e limitado a 20% do capital social integralizado da Companhia.

c.4) Reserva de restituição de capital (estatutária)

Constituída à razão de 1% sobre o lucro líquido do exercício, deduzida a Reserva Legal, limitada a 20% do capital social subscrito. Essa reserva somente poderá ser utilizada para a restituição de capital aos acionistas nos casos de extinção da concessão.

c.5) Reserva para investimentos (estatutária)

Constituída à razão de 5% sobre o lucro líquido


b) Remuneração e Participação dos Administradores

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade dos acionistas fixarem, em Assembleia Geral, o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores.

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2016, foi fixado o limite de remuneração global anual dos administradores em até R\$ 3.000.

Com relação à remuneração (excluindo-se demais despesas) a composição é a seguinte:

| | 2016 | | | 2015 | | |
|---------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | Diretores | Conselheiros | Total | Diretores | Conselheiros | Total |
| Composição | | | | | | |
| Pró-labore | 1.308 | 100 | 1.408 | 1.271 | 109 | 1.380 |
| Bônus variáveis (i) | 891 | – | 891 | 617 | – | 617 |
| Outros | 59 | – | 59 | 57 | – | 57 |
| Total | 2.258 | 100 | 2.358 | 1.945 | 109 | 2.054 |

(i) Valor provisionado, sujeito a alteração quando do pagamento.

25. Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

O cálculo básico do lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado é dividido em 48.786 ações ordinárias e 37.680 ações preferenciais classe A, totalizando 86.466 (oitenta e seis mil, quatrocentos e sessenta e seis) ações, todas nominativas e sem valor nominal.

Considerando o cenário de conversão das debêntures, as 13.680 (treze mil seiscentos e oitenta) debêntures são convertidas em 56.396 ações preferenciais classe A, totalizando 142.862 (cento e quarenta e dois mil, oitocentos e sessenta e duas) ações, sendo 48.786 ações ordinárias e 94.076 ações preferenciais classe A.

As ações preferenciais farão jus à percepção de dividendos 10% (dez por cento) maiores do que aqueles pagos às ações ordinárias.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

| | 2016 | | | 2015 | | |
|---|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | Ordinárias | Preferenciais | Total | Ordinárias | Preferenciais | Total |
| Numerador | | | | | | |
| Lucro líquido atribuído aos acionistas ordinários e preferenciais | 19.350 | 16.439 | 35.789 | 16.602 | 14.108 | 30.707 |
| Denominador | | | | | | |
| Média ponderada de ações em circulação | 48.786 | 37.680 | 86.466 | 48.786 | 37.680 | 86.466 |
| Lucro por ação (R\$) | 396,83 | 436,28 | 413,91 | 340,31 | 374,34 | 355,14 |

| COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO | | | | | |
|---|------------------------|--|--|--|--|
| NOME | CARGO | | | | |
| Marcelo Stachow Machado da Silva | Presidente do Conselho | | | | |
| Túlio Toledo Abi Saber | Conselheiro Titular | | | | |
| Francisco Ubiratan de Sousa | Conselheiro Titular | | | | |
| Guilherme Nogueira de Castro | Conselheiro Titular | | | | |
| Patrícia Melo e Souza | Conselheiro Titular | | | | |
| Luiz Claudio Levy Cardoso | Conselheiro Titular | | | | |
| Milton Luís de Araujo Leobons | Conselheiro Titular | | | | |

(*) Para o lucro diluído em 31 de dezembro de 2016 e 2015, vide quadro abaixo:

| | 2016 | | | 2015 | | |
|---|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | Ordinárias | Preferenciais | Total | Ordinárias | Preferenciais | Total |
| Numerador | | | | | | |
| Lucro líquido atribuído aos acionistas ordinários e preferenciais | 11.467 | 24.322 | 35.789 | 9.838 | 20.869 | 30.707 |
| (+) Reversão de despesa financeira referente às debêntures conversíveis líquida de impostos | 4.641 | 9.845 | 14.486 | 3.689 | 7.826 | 11.515 |
| Lucro líquido atribuído aos acionistas ordinários e preferenciais ⁽¹⁾ | 16.107 | 34.167 | 50.274 | 13.527 | 28.695 | 42.222 |
| Denominador | | | | | | |
| Média ponderada de ações em circulação ⁽²⁾ | 48.786 | 94.076 | 142.862 | 48.786 | 94.076 | 142.862 |
| Lucro por ação (R\$) | 330,17 | 363,18 | 351,91 | 277,27 | 305,02 | 295,55 |

⁽¹⁾ A conversão das debêntures em ações, elimina a despesa financeira com a remuneração das debêntures, acarretando o crescimento dos impostos sobre o lucro, impactando negativamente a distribuição de resultado. A diluição decorre, meramente, do impacto fiscal. A conversão em si não gera diluição uma vez que a remuneração das debêntures é equivalente à remuneração das ações em circulação.

⁽²⁾ Considerando-se a ocorrência da conversão das Debêntures em ações preferenciais classe A. Os efeitos da diluição estão diretamente associados ao percentual de distribuição de lucro apurado, que foi de 100% em 2016 e 2015. Quanto menor o percentual atribuído aos acionistas e debenturistas, menor impacto das despesas financeiras e, por conseguinte, os ganhos tributários decorrentes desta.

Não houve outras transações envolvendo ações ou potenciais ações entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras. A Companhia não possui outros instrumentos financeiros conversíveis, além das debêntures descritas na Nota nº 18.

26. Coberturas de seguros

A Companhia possui cobertura de seguros referente ao complexo rodoviário integrante do programa da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) - compreendendo a totalidade da Rodovia BR 116-RJ, no trecho entre Além Paraíba e Teresópolis – Entroncamento da BR-040 (A), cujos limites máximos de cobertura eram os seguintes em 31 de dezembro de 2016:

| Modalidade | Limite Máximo de Indenização | Vigência | Seguradora |
|-----------------------------|------------------------------|---------------------|-------------------------------------|
| Responsabilidade Civil | 7.000 | 12.09.16 a 12.09.17 | Fairfax Brasil Seguros Corporativos |
| Riscos Operacionais | 65.000 | 11.07.16 a 11.07.17 | HDI Global Seguros |
| Garantia | 27.535 | 22.11.16 a 22.11.17 | Fator Seguradora |
| Administradores e Diretores | 20.000 | 15.02.16 a 15.02.17 | AIG Seguros Brasil |
| Automóveis | 3.246 | 30.01.16 a 30.01.17 | Tokio Marine Seguradora |
| Automóveis | 200 | 31.08.16 a 31.08.17 | Liberty Seguros |

O item "riscos operacionais" é decomposto pelos eventos: desmoronamento; desentulho; gastos adicionais – fluxo de veículos; danos elétricos; vendaval; tumultos, greves e *lock-out*; impacto de veículos terrestres e queda de aeronaves; equipamentos eletrônicos (excluídos roubo e/ou furto); quebra de máquinas; despesas extraordinárias; roubo e/ou furto de bens (incluído equipamento eletrônico). Para cada um desses itens, há limites máximos de cobertura e franquia específica.

Os Riscos de Engenharia são contratados a cada obra e sua vigência é durante a execução desta.

| DIRETORIA | CONTADOR RESPONSÁVEL |
|--|---|
| Ricardo Fraiha Bustani Diretor Presidente | Jadir Eugênio de Souza CRC-RJ 075.243/O-9 |
| Carlos Eduardo Soares de Menezes Diretor Financeiro e de Relações com Investidores | |

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Concessionária Rio Teresópolis S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Rio Teresópolis S.A. (a "Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Rio Teresópolis S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA
Provisão para passivos contingentes de natureza cível

Conforme divulgado na nota explicativa 16, a Companhia é parte em processos de natureza cível, para os quais a administração estima os valores envolvidos e registra provisão em seu balanço nos casos em que considera que haverá perda provável.

Adicionalmente, a Companhia possui ações cíveis em andamento para as quais não foram registradas provisões nas demonstrações financeiras, considerando as perspectivas para perda avaliadas como possíveis pela administração, a partir de posições de seus assessores jurídicos.

A determinação da possibilidade de êxito nos processos em andamento, assim como a estimativa de perdas prováveis esperadas, envolvem elevado grau de julgamento por parte da administração, dada a complexidade dos temas. A avaliação da administração leva em consideração, também, acordos de indenização de eventuais perdas nos referidos processos, negociados separadamente com companhias seguradoras. Nesse contexto, o andamento dos referidos processos nas diversas esferas aplicáveis pode resultar em desdobramentos diferentes do esperado pela administração e seus assessores jurídicos.

Como o assunto foi conduzido em nossa Auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, a avaliação da consistência entre a política contábil relacionada ao reconhecimento de provisão para perdas com processos judiciais de natureza cível e os procedimentos internos adotados pela administração para a determinação da provisão e respectiva divulgação.

Adicionalmente, obtivemos confirmação dos consultores jurídicos externos que patrocinam os processos de natureza cível da Companhia, contemplando os prognósticos de perda para os principais processos, bem como a quantificação dos montantes estimados como perda possível e provável. Testamos a consistência das informações recebidas dos assessores externos com as informações provenientes dos controles auxiliares preparados e mantidos pela administração. Também contamos com o auxílio de nossos especialistas na área cível para a avaliação da razoabilidade dos aspectos críticos associados ao processo de estimativa administração.

Inspecionamos, ainda, as apólices de seguro que contêm cláusulas vinculantes de cobertura para os processos judiciais de natureza cível.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação da provisão para passivos contingentes, bem como as divulgações, estão consistentes com as informações recebidas ao longo de nossa auditoria.

Contabilização dos gastos com infraestrutura da concessão

Conforme descrito na Nota 12 às demonstrações financeiras, a Companhia apresenta, em 31 de dezembro de 2016, saldo de ativo intangível de R\$ 186.189 mil, correspondente aos gastos com infraestrutura do contrato de concessão da Rodovia Rio-Teresópolis, que é recebido por meio da cobrança aos usuários via tarifa de pedágio.

Esse tema foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria, devido a magnitude dos valores investidos em infraestrutura, ao julgamento quanto aos valores de amortização até o final da concessão e aos controles e critérios de elegibilidade para o registro de adições no período correto.

Como o assunto foi conduzido em nossa Auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, a avaliação da consistência da política contábil relacionada ao registro contábil dos gastos com infraestrutura com os procedimentos internos adotados pela administração.

Adicionalmente, realizamos o entendimento e teste dos controles internos relevantes sobre o ambiente de tecnologia da informação que suporta a estrutura de controles da Companhia, bem como entendimento e teste dos controles internos relevantes ao processo de registro dos gastos em infraestrutura do período, reconhecidos no ativo intangível de concessão. Também inspecionamos, em base amostral, os documentos suporte referente aos gastos em infraestrutura do período, bem como testamos a amortização do ativo intangível, pelo prazo do contrato de concessão.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para registro e amortização dos gastos em infraestrutura são razoáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras.

Reconhecimento das receitas de pedágio

Conforme descrito na Nota 20, as receitas da Companhia advêm, substancialmente de cobrança de pedágio. Tais receitas são auferidas por meio de política contábil relacionada ao reconhecimento de cobrança manual e também por meio de sistemas automáticos de arrecadação, que computam automaticamente a passagem dos veículos e atualizam os registros contábeis da Companhia.

Considerando o elevado nível de automação do processo de registro da receita, julgamos que essa é uma área importante para a nossa auditoria em decorrência do risco de distorções relevantes associados a totalidade das receitas.

Como o assunto foi conduzido em nossa Auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, a avaliação da consistência entre a receitas e os procedimentos internos adotados pela administração para o registro da receita de cobrança de pedágio.

Adicionalmente, realizamos o entendimento e teste dos controles internos relevantes sobre o ambiente de tecnologia da informação que suporta a estrutura de controles da Companhia, bem como realizamos o entendimento e teste dos controles associados a totalidade da receita.

Obtivemos ainda confirmação junto às empresas de arrecadação automática de pedágio, bem como das empresas de custódia de valores, responsáveis pela coleta da arrecadação manual, sobre o total da receita gerada pela Companhia por meio desses sistemas de cobrança.

O resultado desses procedimentos nos proporcionaram evidência apropriada e suficiente de auditoria, no contexto das

demonstrações financeiras.

Outros assuntos
Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.



Rio de Janeiro, 10 de março de 2017
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

Patricio Marques Roche
Contador CRC 1RJ081115/O-4